

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

IALA DE MOURA SANTOS

**ENTRE COLÔNIAS, GUERRAS E PROMESSAS NA PROVÍNCIA DO
PIAUÍ: A implantação de colônias civis e militares na Província do Piauí
no Pós-guerra do Paraguai. (1870-1888)**

PICOS – PI

2014

IALA DE MOURA SANTOS

**ENTRE COLÔNIAS, GUERRAS E PROMESSAS NA PROVÍNCIA DO
PIAUI:** A implantação de colônias civis e militares na Província do Piauí
no Pós-guerra do Paraguai. (1870-1888)

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História, do
Campus Senador Helvídio Nunes de
Barros, da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de
Araújo

Eu, **Iala de Moura Santos**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 18 de março de 2014.

Iala de Moura Santos

Assinatura

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S237e Santos, Iala de Moura.
Entre colônias, guerras e promessas na província do Piauí: a implantação de colônias civis e militares na província do Piauí no pós-guerra do Paraguai (1870 – 1888) / Iala de Moura Santos. – 2013.
CD-ROM : il; 4 ¼ pol. (77 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

1. Colônias Cívis e Militares. 2. Pós-Guerra do Paraguai.
3. Promessa de Terras. 4. História do Piauí. I. Título.

CDD 981.812 22

IALA DE MOURA SANTOS

**ENTRE COLÔNIAS, GUERRAS E PROMESSAS NA PROVÍNCIA DO
PIAUÍ: A implantação de colônias civis e militares na Província do Piauí
no Pós-guerra do Paraguai. (1870-1888)**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História, do
Campus Senador Helvídio Nunes de
Barros, da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de
Araújo

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo
Doutor em História Social
Presidente da banca examinadora

Francisco Gleison da Costa Monteiro
Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro
Mestre em História Social
Examinador interno

Paloma Moura de Araújo
Prof^a. Paloma Moura de Araújo
Graduada em História pela UFPI

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus,
aos meus pais, aos meus irmãos, sobrinhos,
ao meu marido e a minha amada filha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar força e fé para concluir meus estudos, aos meus pais (Isabel e Raimundo Nonato) por serem meu suporte nesses quatro anos de vida acadêmica, aos meus professores que são a base pela qual procurei sempre me espelhar, pois, eles sim são verdadeiros Historiadores, em especial o meu orientador Johny Santana que além de me guiar tão bem nessa pesquisa, foi a minha fonte de inspiração nesse trabalho. Aos meus irmãos (Rayfranco e Ionara) carinho e dedicação. Aos meus sobrinhos (Bárbara, Maíra Isabela, Rafael) e afilhados (Moací Neto, Moura Jr e Tiago) e a minha sogra Maria Auxiliadora pelo incentivo. E a todos que de forma direta ou indireta ajudaram em mais uma conquista.

Aos meus colegas de turma em especial Jandielle Alves Pinheiro pela amizade e paciência, pois, foi como se fosse o meu segundo orientador, Mariana pelo apoio e amizade e Isabel pelo carinho e amizade. Conseqüentemente meus colegas de turma, durante esses quase cinco anos juntos, “A História nos fez amigos”. E não poderia jamais esquecer uma pessoa muito especial, que hoje estou quase concluindo esse curso, graças a ele, o meu apoio, a minha base, sempre me incentivando nos estudos, o meu marido Márcio Martins, o meu eterno agradecimento. E a minha amada filha Iasmim Martins que é a minha vida, minha inspiração para alcançar meus objetivos que ainda tem um longo percurso pela frente, para que um dia possa oferecê-la a oportunidade de estudos que adquiri de meus pais.

“Quem me dera, ao menos uma vez, ter de volta todo o ouro que entreguei a quem conseguiu me convencer que era prova de amizade se alguém levasse embora até o que eu não tinha”.

Renato Russo.

RESUMO

Esse presente trabalho tem a finalidade de analisar as Colônias Civas e Militares da Província do Piauí, mais especificamente a Colônia de São Pedro de Alcântara nos períodos de 1870 a 1888. Quais as intenções do Governo Imperial na implantação dessas colônias, como se deu o andamento do projeto das mesmas, assim também como os planos de civilizar povos indígenas que habitavam territórios isolados pelos quais iriam fazer parte desses núcleos coloniais, e a utilização desses estabelecimentos como proteção e posse do território e fronteiras do Brasil Imperial. Entender as intenções das autoridades piauienses nesses estabelecimentos coloniais, compreender alguns dos interesses da Província do Piauí em criar colônias em seu território e os empecilhos que impediam a implantação e continuidades de muitas colônias no Piauí. Saber um pouco da vida do fundador da Colônia de São Pedro de Alcântara, o Engenheiro Francisco Parentes, quais os planos que estavam inseridos na implantação desse estabelecimento e a História do mesmo. E por fim relacionar a Criação de Colônias civis e Militares com o Pós-Guerra do Paraguai, as promessas do Governo Imperial em doar 25.500 braças de terras em colônias civis e militares aos ex-combatentes da Guerra do Paraguai. E um dos focos nesse trabalho é saber se muitos dos soldados piauienses que foram lutar nesta Guerra receberam suas terras como haviam sido prometidas pelo Governo Imperial como sendo uma das promessas para aumentar o número de voluntários da Pátria. Para desenvolver essa pesquisa foram feitos estudos de alguns trabalhos do Prof. Dr. Johny Santana, do General Couto de Magalhães, do Engenheiro e Etnógrafo alemão naturalizado brasileiro Gustavo Dodt, do Pedagogo Djalma Filho, da Professora Regina Faria e demais autores que o estudo não foi tão aprofundado como estes. A metodologia aplicada para desenvolver esse trabalho foi a utilização de fontes documentais, como alguns decretos Imperiais, e estudos bibliográficos para poder alcançar alguns resultados e respostas desejados nessa pesquisa.

PALAVRAS-CHAVES: Colônias Civas e Militares – Pós-guerra do Paraguai – Promessa de terras.

ABSTRACT

This present study aims to analyze the Colonies Civil and Military of the Piauí province, specifically the colony of San Pedro de Alcântara in the periods from 1870 to 1888. What are the intentions of the Imperial Government in the implementation of these colonies, how did the project progress thereof, so as plans to civilize indigenous peoples inhabiting isolated by which territories would be part of these colonial settlements, and use of those establishments as protection and over territory and borders of Imperial Brazil. Understanding the intentions of Piauí colonial authorities in these establishments, understand some of the interests of the Province of Piauí in creating colonies in their territory and the obstacles that impeded the implementation and continuity of many colonies in Piauí. Learn about the life of the founder of the colony of Saint Peter of Alcântara, Engineer Francisco Relatives, what plans were inserted in implementing this establishment and history of it. And finally relate the creation of civilian and military colonies with Paraguay Postwar, the promises of the Imperial Government to donate 25,500 fathoms of land in the civil and military veterans of the War of Paraguay colonies. And one of the focuses in this work is whether many of Piauí soldiers who were fighting this war received their land as had been promised by the Imperial Government as one of the promises to increase the number of volunteers from the Motherland. To develop this research studies of some work of Prof been made. Dr. Johny Santana, the General Couto de Magalhães, the German engineer and naturalized Brazilian Gustavo Dodt Ethnographer, the Son Djalma Educator, Teacher Regina Faria and other authors that the study was not as detailed as these. The methodology used to develop this study was the use of documentary sources, as some Imperial decrees, and bibliographical studies in order to achieve some desired results and responses in this survey

KEYWORDS: Civil and Military Colonies - Postwar Paraguay - Promise land.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Trincheiras em Tuiuti	59
FIGURA 2 - 1º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Corte do Rio de Janeiro	60

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Colônias criadas durante o período Imperial no Brasil	25
TABELA 2 - Efetivo de Voluntários mobilizados para fazer campanha contra o Paraguai	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. CIVILIZAR, GUARNECER E PROGREDIR: a política do Império nas implantações de colônias civis e militares.....	18
2. TENTATIVA DE IMPLANTAÇÃO DE COLONIAS CIVIS E MILITARES NO PIAUÍ: da política aos interesses dos grandes latifundiários.....	34
3. VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, FILHOS DILETOS DESTA CARA PROVÍNCIA: a colônia de São Pedro de Alcântara no Pós-Guerra do Paraguai	48
3.1. Finalidade e planejamento do estabelecimento.....	48
3.2. Guerra do Paraguai: promessa de terras aos ex-combatentes piauienses em colônias militares.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	
BIBLIOGRÁFICAS.....	67
ANEXOS.....	69

INTRODUÇÃO

Em 1870 o Brasil passava por um período de pós-guerra na qual terminava longos cinco anos de combate contra o Paraguai, em que suas economias e olhares tinham sido voltados para esse grande empreendimento do Governo Imperial. Neste mesmo período retorna para o Brasil e suas respectivas províncias os combatentes brasileiros que foram lutar nessa guerra. Conseqüentemente, restava ao Imperador Dom Pedro II o pagamento das promessas que foram feitas aos ex-combatentes durante o alistamento na Guerra do Paraguai, dentre elas, a distribuição de terras.

O que se pode ser observado é que com o decreto de criação dos Corpus de Voluntários da Pátria, o governo imperial tinha como objetivo maior fazer do Exército uma instituição que abarcassem todos os brasileiros, independente do grupo social que provinham. Com isso, tinha como intenção atravessar todas as fronteiras de região e de camada social, favorecendo a nacionalização e a democratização do recrutamento e nesse contexto o Piauí se inseria.

Para incentivar cada vez mais o voluntário, o governo imperial passou a conceder incentivos financeiros e benéficos, tais como salários maiores, e garantia de menor tempo de serviço militar, pensões e terras nas colônias militares; além do que os militares teriam a sua baixa assegurada quando a guerra chegasse ao seu termo.

Aliado a isso houve a intensa propaganda jornalística que divulgava inclusive a concessão desses benefícios.

Na propaganda de recrutamento para a Guerra do Paraguai, dentre as varias promessas que foram utilizadas para incentivar o alistamento militar, uma foi a promessa de liberdade para escravos negros que fossem lutar, mas isso não significava dizer que muitos queriam arriscar suas vidas num conflito que se demonstrou tão mortífero e violento. Muitos proprietários de terras para livrarem a si ou aos seus filhos da Guerra enviaram alguns de seus escravos para o alistamento, sendo que a maior parte dos combatentes na Guerra do Paraguai eram negros. No pós-guerra uma das conseqüências, além da morte de muitos negros no campo de batalha, foi uma grande população de libertos vivendo na miséria sem perspectiva de emprego e terras para habitar.²

Quanto a promessa de distribuição de terras aos ex-combatentes da Guerra do Paraguai, havia muitos interesses por parte do Governo Imperial e do Exército Brasileiro, na qual estas terras seriam de fato uma criação de colônias civis e

¹ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**. Teresina: EDUFPI, 2011. p.23.

² A ÉTICA...1999, p.28.

militares para inserir não só ex-combatentes e libertos da Nação, mas demais pessoas que desejassem se estabelecer nessas terras. Houve vários estudos para a criação dessas colônias, que seriam distribuídas no território brasileiro.

O engenheiro, etnógrafo, geógrafo e filósofo alemão, naturalizado brasileiro, Dr. Gustavo Guilherme Dodt foi contratado pelo presidente da Província do Piauí Augusto Olímpio Gomes de Castro em 11 de dezembro de 1868, para fazer uma planta das cabeceiras do rio Parnaíba e uma análise de terras que poderiam ser aproveitadas para uma provável formação de colônias.³

Esse trabalho tem como intuito analisar as intenções do Governo Imperial na criação dessas colônias civis e militares no território brasileiro, perceber como se sucederam as tentativas de implantação dessas colônias na Província do Piauí, quais interesses as autoridades dessa província tinha em relação a esse projeto Imperial e analisar a criação da colônia de São Pedro de Alcântara (atualmente cidade de Floriano – PI), administrada pelo engenheiro agrônomo Francisco Parentes.

A escolha desse tema se deu no momento em que me deparei com a obra do Professor Doutor Johny Santana de Araújo, “Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...”, este livro retrata a Guerra do Paraguai envolvendo a arregimentação de combatentes, muitas vezes de maneira forçada. Aborda também a trajetória de soldados brasileiros tanto no campo de batalha como aqueles que voltaram para casa, dando foco aos combatentes piauienses.

Também mostra a propaganda feita pelas autoridades no convencimento das pessoas a se recrutarem para a Guerra. E que dentre várias formas de convencer a população estavam as promessas de cargos públicos, liberdades para os negros, prêmios em dinheiro e distribuição de terras para combatentes no pós-guerra. Descreve a participação de Jovita, uma mulher cearense que lutou na Guerra do Paraguai sendo bastante explorada pela mídia.⁴

Nesta obra me inspirei no último capítulo na qual fala sobre as promessas de terras aos ex-combatentes da Guerra do Paraguai. E nesse sentido cheguei ao meu foco que são as colônias civis e militares: os interesses do Governo Imperial, as

³DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 19.

⁴ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**. Teresina: EDUFPI, 2011.p.11.

tentativas de Implantação no Piauí e a colônia de São Pedro de Alcântara fundada no ano de 1873.

Em meio a implantação das Colônias agrícolas civis e militares no Brasil estavam vários interesses. O território encontrava-se desprotegido em suas fronteiras precisando de povoamento, também existiam muitos conflitos em relação aos vários grupos indígenas, sendo uma problemática para o Governo a introdução do índio a sociedade, ou seja, “domesticá-lo”, como afirma o General Couto de Magalhães em seu livro “O Selvagem”. A implantação desses estabelecimentos seria um elo entre militares treinados e tribos indígenas numa tentativa de socialização, como benéfico para o Governo Imperial. Outro interesse seria nas rendas que poderia ser retirado dos produtos agrícolas e pecuários que fossem produzidos nesses estabelecimentos agrícolas.⁵

A elaboração dessa pesquisa foi feita através de uma análise de fontes bibliográficas e documentos, buscando atender e tentar responder as problemáticas em questão. Também pesquisei na Biblioteca do Arsenal de Guerra do Rio, antiga Casa do Trem – fundada em 1762 pelo Conde de Bobadela no Rio de Janeiro. Nesta pesquisa encontrei alguns livros publicados por militares e decretos assinados pelo Imperador Dom Pedro II. O Arsenal de Guerra do Rio, Organização Militar do Exército Brasileiro, faz parte de um dos mais ricos acervos bibliográficos da Guerra do Paraguai e contém vários documentos sobre as várias fundações de colônias civis e militares pelo o país. No ano de 2012 o Arsenal completou 250 anos de criação.

Entre os decretos de Dom Pedro II, estava um que continha a autorização para a fundação da colônia de São Pedro de Alcântara no Piauí em que destinava a administração ao Agrônomo Francisco Parentes, como mencionado anteriormente. Neste decreto estavam as atribuições e obrigações do Agrônomo em relação a colônia. Dentro do decreto havia algumas disposições sobre os contratados a trabalhar nestas colônias, dando oportunidades para a entrada de soldados que voltassem da Guerra do Paraguai, como uma forma do Governo Imperial em cumprir as distribuições de terras (um dos prêmios que deveriam ser distribuídos aos ex-combatentes). Porém, ao contrário do que foram prometidos pelo Imperador nestas colônias os soldados não seriam donos das terras e sim empregados podendo até

⁵COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. **O selvagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional. 1935 [1876]. p.9.

serem demitidos como descrito no contrato firmado entre o Governo Imperial e o Agrônomo Francisco Parentes para a criação da Colônia de São Pedro de Alcântara. Sendo essas análises mencionadas no terceiro e último capítulo⁶

Neste trabalho foram feitas pesquisas de campo onde observei a cidade de Floriano atualmente para poder me aproximar e analisar a sua origem a partir de um estabelecimento rural que posteriormente surgiria uma colônia e utilizei de fotografias apenas ilustrativas para observação de Floriano atualmente.

A autora Regina Helena Martins de Faria em seu artigo - Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX, publicado na revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica - faz uma análise das colônias militares, o quanto a introdução de militares nessas colônias era estratégico para o Governo Imperial, pois, além destes serem treinados para sobreviver em lugares isolados, também utilizariam da disciplina para desenvolver esses núcleos. A autora mostra que mesmo desenvolvendo agricultura e fábricas em muitas colônias pelo Brasil, uma grande intenção por parte do governo nessa época era de dar defesa ao território brasileiro. Muitas fronteiras do nosso país estavam desprotegidas e as colônias funcionariam como guarnição contra possíveis invasores.⁷

A pesquisadora Faria enfatiza a questão da civilização do índio por parte do governo, e assim como o General Couto de Magalhães, mostra a utilidade das colônias como estabelecimentos civilizatórios para os nativos. Esses seriam deslocados de suas terras para aprenderem novos ofícios, servindo de mão-de-obra, necessitada pelas autoridades Imperiais. Aprenderiam a ter obediência às leis dos brancos e seguiria a religião oficial do colonizador (a Católica). E ao serem introduzidos nas colônias militares, muitos nativos deixariam suas grandes extensões de terras para o governo ou particulares tomarem posse, como assim era desejado pelos mesmos. Aos indígenas que se recusassem se retirar de suas terras caberia aos militares combatê-los.⁸

⁶BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873.p. 708-709.

⁷FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 2.

⁸FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 2.

Nesse mesmo artigo são colocadas as colônias militares como defesa e combate contra comunidades quilombolas que se formavam em regiões isoladas, pelas matas. E mostra a dificuldade de combater essas comunidades, pois, além de existir uma resistência muito grande por parte dos integrantes desses grupos, muitos quilombos ao ser abatidos tinham uma facilidade muito grande de se restabelecer em outros locais.

Outra autora que analisa os indígenas e a introdução dos mesmos nas colônias militares é a renomada antropóloga Manuela Carneiro. Ela fala em seu livro, *História dos Índios no Brasil*, o deslocamento de muitos índios de suas reservas para locais bem menores, como em colônias militares no século XIX, na qual é criado um estado de dependência ao nativo que antes era suprida suas necessidades em suas vastas terras, pois, quando faltavam animais e peixes para a caça e pesca, havia uma locomoção das tribos para outras terras que faziam parte de suas reservas. E com o deslocamento para núcleos colônias os indígenas precisam trabalhar para poder adquirir recursos e suprir suas necessidades. Nota-se que ao mesmo tempo em que o Governo Imperial, e grandes latifundiários adquirem terras das antigas reservas, também ganham aos poucos uma nova mão-de-obra indígena.⁹

No segundo capítulo desse trabalho - Tentativa de implantação de colônias civis e militares no Piauí: da política aos interesses dos grandes latifundiários - para entendermos a conjuntura econômica do Piauí no Período Imperial, e nos princípios de suas atividades econômicas desenvolvidas, foi feita uma análise no livro, *Pesquisas para a História do Piauí*, de Odilon Nunes. Nesta obra ele retrata a pecuária como principal atividade desempenhada nessa época no território piauiense e o porquê dessa continuidade em desenvolver essa atividade. No livro também mostra o desinteresse de muitas autoridades piauienses da época em desenvolver as estradas, transportes e dar suporte para o surgimento de outras atividades econômicas com o aperfeiçoamento de novas técnicas, sem de fato abandonar a pecuária e conseqüentemente poderia haver de fato um crescimento econômico nesta região.¹⁰

No segundo capítulo observa-se a tentativa de implantações de algumas colônias militares na Província do Piauí, como a de Santa Filomena. E que muitas fracassaram em seus planos. Nesse sentido, será analisado o porquê de muitos dos projetos colônias não terem dado certo. E quais intenções as autoridades piauienses tinham em relação a esses projetos.

⁹ CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1992. p. 133-141.

¹⁰ NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV. 1972. p. 162-163.

No último capítulo - Voluntários da Pátria, filhos diletos desta cara província: a colônia de São Pedro de Alcântara no Pós-guerra do Paraguai - mostra o surgimento dessa colônia como projeto do Agrônomo Francisco Parentes, faz uma análise do decreto firmado entre o Governo Imperial e Francisco Parentes, na qual busquei nas cláusulas uma forma de compreender melhor as intenções para esse estabelecimento e como de fato se estruturaria. Para ajudar a analisar esse estabelecimento pesquisei em uma dissertação de Mestrado em Educação de Djalma José Nunes Filho, que fala da primeira finalidade do estabelecimento e da vida e obra do Agrônomo Francisco Parentes¹¹. Observa-se também nesse capítulo o contexto em que se encontrava o alistamento feito no Piauí para a Guerra do Paraguai, e a formação de uma nova identidade, nascida do nacionalismo criado pela mídia da época, para atrair mais voluntários para a Guerra, como afirmava Linhares.¹² Outros autores foram utilizados na análise do contexto da Guerra do Paraguai, como: Boris Fausto¹³, General Paulo Duarte¹⁴ que mostra algumas imagens referentes aos combates da Guerra no território paraguaio.

Analizamos, por fim, as promessas de braços de terras em colônias militares que seriam destinadas aos ex-combatentes piauienses da Guerra do Paraguai. Tomando como base a análise do Decreto 5.392, na qual é autorizada por Dom Pedro II a criação do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara, buscando com isso, possíveis respostas quanto a essas problemáticas.

¹¹ FILHO, Djalma José Nunes. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: Do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 a 1897)**. 2005. 130s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005.

¹² LINHARES, Maria Yedda (organizadora). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.p. 263-264.

¹³ FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. p. 119.

¹⁴ DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. p. 201

1. CIVILIZAR, GUARNECER E PROGREDIR: A POLÍTICA DO IMPÉRIO NAS IMPLANTAÇÕES DE COLÔNIAS CIVIS E MILITARES

O desejo de implantações de colônias civis e militares vinha há muito tempo em discussão pelo Governo Imperial bem antes da Guerra do Paraguai que iniciou provavelmente em 1865. Mas foi precisamente no fim desse conflito, em 1870, que houve de fato uma maior mobilidade para concretizar esse projeto. As colônias civis e militares constituíam na formação de núcleos voltados para o interior do país ou regiões que constituíam fronteiras brasileiras com demais países. Nelas eram introduzidas pessoas para desempenharem atividades como a agricultura, a pecuária, fábricas, entre outros. Também havia outros interesses como a aproximação dos índios como forma de “domesticá-los”¹⁵.

Para entender melhor o projeto de criação das colônias civis e militares no Brasil é preciso compreender alguns dos interesses por parte do Governo Imperial nas colônias, como por exemplo, o desejo de aproximação do índio no intuito de evitar possíveis conflitos que vinham acontecendo nesse período na América do Sul. Podemos citar o exemplo da Argentina que há muito tempo vinham travando conflitos com sua população indígena por vários motivos sendo um deles o conflito de terras. Couto de Magalhães menciona em seu livro, “O Selvagem”, que esses exemplos de conflitos com a população indígena na América do Sul seriam uma forma do Brasil perceber que era de mais vantagem utilizar de meios pacíficos para ter o controle dessa população indígena do que utilizarem de grandes despesas grandiosas em conflitos.

Em, “O selvagem”, é demonstrado que uma das formas de aproximação com os nativos seria aprender a língua mais predominante entre eles, neste caso o Tupí, e depois ensiná-los o português. Essa aproximação seria por interpretes, treinados através do livro, “O Selvagem”, que se dispõem como ensinamento da língua Tupí. Essas pessoas treinadas seriam a priori militares, pois, para Magalhães esses dispõem de disciplina e poderiam ter mais êxito nesse projeto.

Reunil-los em um corpo, dar-lhes organização, ensina-lhes a ler e a escrever e os officios indispensáveis de carpinteiro, e ferreiro, é tão fácil que nada nos descupará de não emprehendel-o agora, quando para isso temos todos os elementos. Esse corpo, desde que tivesse a organização e a disciplina militar, seria um auxiliar prestigioso para nossas colônias militares,

¹⁵COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. **O selvagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional. 1935 [1876]. p. 15.

para nossas populações das fronteiras, para as expedições que quizessemos mandar ao interior, e para proteger nossas comunicações interiores.¹⁶

Nessa referencia Couto de Magalhães mostra a forma como seria conduzido esses grupos de interpretes, a preparação para introduzi-los nas colônias pelo país. É demonstrada a importância da disciplina e organização militar nesse empreendimento. Em outro trabalho de cunho historiográfico o Dr. Johny Santana de Araújo mostra que dentro das colônias após sua implantação era de interesse do Exército Brasileiro a manutenção dos hábitos militares dentro das colônias, como se os colonos estivessem em um quartel, para que continuassem incorporados a uma disciplina, efetuando assim trabalhos qualificados. De acordo com o mesmo Historiador, seria difícil que um ex-combatente ao lidar com atividades agrícolas possivelmente quando voltassem para seu corpus pertencente não seriam mais utilizados para lidar com guerras¹⁷.

Em face da mesma ideia de formação das pessoas que iriam fazer parte das colônias, a autora Regina Helena Martins de Faria mostra o quanto se aproveitava de militares para formar esses núcleos como forma de manter uma disciplina: “A entrega da direção a militares era justificada como uma maneira de evitar que os colonos se dedicassem ao abominável vício da preguiça nem ao outro igualmente pernicioso que é o do desprezo do trabalho manual”.¹⁸

As colônias tinham a importante missão de aproximação com índio na intenção de “domesticá-lo”¹⁹, influenciadas pelas autoridades competentes da época. Muitas dessas autoridades percebiam o índio como selvagem de “cultura primitiva” e que deveriam trazer esses índios aos costumes daquela sociedade existente. Ensiná-los o português implicava não apenas torna-lo amigável para que não atacasse as populações próximas, mas tinha um sentido de trazê-lo aos costumes da sociedade da época, como ganha-lo como trabalhador ensinando um ofício e aos

¹⁶ COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. **O selvagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional. 1935 [1876]. p. 34.

¹⁷ ARAUJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888**. Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013. P. 3.4. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>. Acesso em: 25/02/2014.

¹⁸ FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX**. CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2, 2011. p.2.

¹⁹ COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. **O selvagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional. 1935 [1876]. p. 15.

poucos os tirando de suas terras que eram bastante visadas pelas autoridades desse período.

Manuela Carneiro da Cunha em seu livro, *História dos Índios no Brasil*, mostra que o Estado nessa época tinha o principal interesse em civilizar o indígena, não somente o poder privado. E que essa civilização era no sentido de torna-lo trabalhador e obediente às leis do país. Algumas estratégias para isso seriam privar os índios de suas terras para submetê-los ao trabalho. Com isso, aos poucos os nativos apagariam suas características culturais e criariam uma dependência antes não existente, por exemplo, a utilização de ferro, roupas, quinquilharias²⁰.

Em relação aos interesses nas terras brasileiras por parte das autoridades da época, a autora Manuela Carneiro da Cunha faz um resumo de como seguiria essa relação governo, terras e trabalhadores:

O século XIX, como vimos, está crescentemente interessado na questão de terras. Nas fronteiras do Império, ainda em expansão, trata-se de alargar os espaços transitáveis e apropriáveis. Nas zonas de povoamento mais antigo, trata-se, a partir de meados do século, de restringir o acesso à propriedade fundiária e converter em assalariados uma população independente – libertos, índios, negros, e brancos pobres -, que teima em viver à margem da grande propriedade, cronicamente carente de mão-de-obra (Carneiro da Cunha, 1985, cap. 2). A política de terras não é portanto, a rigor, independente de uma política de trabalho²¹.

Neste sentido, a autora cita acima que existem dois principais interesses das autoridades do Império ligados à desapropriação indígena. O primeiro estava na locomoção nativa de sua área a um pequeno lote de terra e assim tornando aquela grande área que antes pertencia aos índios, agora servindo como área de exploração econômica por parte do Governo Imperial e de particulares, em especial grandes latifundiários da época.

O segundo interesse seria a utilização da mão-de-obra indígena, após criarem dependências aos índios, devido não disponibilizarem de grandes espaços e recursos naturais pelos quais foram tirados. E assim começa uma relação de dependência, na qual o nativo precisa comprar o que necessita para suprir suas necessidades como: alimentação, vestimentas e outros produtos que antes

²⁰ CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1992. p. 133.

²¹ CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1992. p. 141.

encontraria em suas terras. Sendo o resultado dessa dependência uma das maiores causas para alguns nativos se tornarem trabalhadores.

Durante esse período boa parte do território brasileiro não havia sido explorada pelo Governo Imperial devido elas estarem nas mãos nativas, principalmente as que estavam na região da Prata e a da Amazônia. As colônias civis e militares funcionariam em algumas dessas regiões como elo de acesso e comunicação entre governo e intermédio de ligação com indígenas²².

A autora Regina Maria de Faria também traz o índio dentro do projeto de colônias como um ser que deveria ser “civilizado” através desses núcleos coloniais, e assim também utilizado como mão-de-obra. E quanto aos índios considerados selvagens e que representavam uma ameaça para fazendeiros ou pessoas que viviam próximas a essas aldeias era montado um verdadeiro exército de prontidão para o combate contra esses nativos:

As ações de resistência dos índios considerados selvagens eram vistas como uma ameaça constante, porque se confrontavam com as fazendas e povoações que foram sendo implantadas em seus territórios tradicionais. Os fazendeiros e administradores provinciais exigiam expedições punitivas e medidas preventivas contra as chamadas “correrias dos índios”²⁵. Queriam contê-los, isolá-los ou obrigá-los a absorverem maneiras de viver aceitas como civilizadas. No início do século XIX, o militar Manuel Xavier²⁶ sugeriu criar uma espécie de cordão sanitário entre as últimas fazendas e as áreas ocupadas pelos índios, com 300 soldados das tropas de primeira linha, que tivessem bom conhecimento das áreas onde fossem agir e prática nesse tipo de ação. Os soldados seriam divididos em trinta “corpos”, cada um com dez homens, auxiliados por mais vinte “dentre os muitíssimos vadios que infestam a província [...] e são tão prejudiciais à sociedade como os mesmos gentios”. Tais destacamentos deveriam postar-se nos lugares mais vulneráveis, auxiliando-se mutuamente, quando necessário. Entre as medidas “civilizadoras”, estava a redução em colônias indígenas, onde esperavam que fossem catequizados na religião católica, adquirissem hábitos de trabalho rotineiro, amor à propriedade, respeito à Justiça e às normas da dita sociedade civilizada, para serem considerados úteis a si e à nação²⁷.²³

Um exemplo para assegurar que essas medidas civilizatórias aos índios se concretizassem foi aprovação na Província do Maranhão da Lei nº 85, de 2 de julho de 1839, disciplinando a política indigenista na província. A Lei colocava em pauta várias medidas adotadas para “civilizar” os nativos e criar núcleos coloniais na qual

²²COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. **O selvagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional. 1935 [1876]. p. 15.

²³FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX**. CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 09.

pudessem aprender a religião predominante do colonizador (a Católica), ser capacitado a alguns ofícios, aprenderem amor pelo território e obediência as Leis dos brancos. O fato dessa Lei ter sido de início implantada no Maranhão foi uma forma estratégica do Governo Imperial, pois, essa província possuía uma quantidade bastante considerável de índios e comunidades quilombolas que representavam um risco aos interesses das autoridades, no desenvolvimento econômico e político da época²⁴.

Neste mesmo período foi criado na Província do Maranhão a Colônia Militar do Gurupi cujo objetivo seria utilizar dos mecanismos assegurados pela “Lei civilizatória” mencionada anteriormente. Nesta colônia eram previstos a destruição de comunidades quilombolas para serem utilizados como escravos nas colônias civis e militares. Também seriam concretizados os trabalhos de catequese com os índios cujo objetivo seria orientá-los a religião Católica.²⁵

Muitos desses projetos dentro dessas colônias não se concretizaram de fato, devido às dificuldades enfrentadas nessas colônias bem isoladas. O acesso aos territórios de aldeamentos era de difícil acesso, pois, muitas vezes se encontravam em matas fechadas. E muitas vezes alguns religiosos ficavam receosos em se arriscar nesses trabalhos de catequese. Na maioria das vezes faltavam Padres nessa Colônia, sendo que esses eram quem ensinavam os filhos dos colonos. Outro fato foi a dificuldade em meio a burocracia e falta de comunicações com a sede do Maranhão para enviarem materiais essenciais a manutenção dessa colônia.

Para o povoamento desse local foi esperada a chegada de imigrantes, mas isso não ocorreu. Outro fato é que a quantidade de pessoas que iriam povoar a colônia seria bem maior do que a que de fato se estabeleceu. Com isso a intenção seria povoar locais remotos no país garantindo ao Governo Imperial a posse de seus territórios, criando núcleos de povoamento e assim promovendo um desenvolvimento no território.²⁶

²⁴FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 10.

²⁵FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 13.

²⁶FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p.14.

Um dos planos com a introdução de colônias no território brasileiro seria o aproveitamento dessas terras não exploradas para utilização com fins econômicos. A utilização da agricultura nessas terras com a mão-de-obra de colonos citados anteriormente, na qual foram empregados nesses estabelecimentos em que seriam destinados a determinadas funções, sendo os lucros voltados para o Governo. Seriam inseridas fábricas, como de produtos retirados da pecuária na fabricação de queijo, manteiga e diversos produtos provenientes da pecuária²⁷.

As colônias espalhadas pelo país tinham vários aspectos, cada uma com suas especificidades, por isso, o fato de uma ou outra ter dado certo ou errado na sua implantação ou continuidade, não tinham a mesma causa e consequências para todas. Elas também eram utilizadas na instrução escolar para algumas populações ao seu redor. Através da implantação de fábricas, atividades agropecuárias e introdução de escolas em algumas das colônias no país foi que propiciou como um dos principais aspectos para o surgimento de núcleos urbanos, cidades posteriormente, como a colônia de São Pedro de Alcântara que hoje corresponde à cidade de Floriano – PI.

No artigo de Regina Maria de Faria observa-se com bastante ênfase a questão dos interesses e organizações do Governo Imperial em relação às colônias militares. Mostra que por mais que se colocasse uma utilidade agrícola ou pecuária como aproveitamento dessas colônias, elas se faziam mais como um projeto de defesa de um território, através dos militares que garantiam a segurança não só das fronteiras, mas também contra os que eram considerados inimigos internos da nação (índios por se localizarem nessas áreas remotas, os quilombolas e uma população pobre que se localizavam muitas vezes próximos dessas áreas de interesse do Governo e eram vistos como empecilho para a “civilização”).²⁸

. A autora, assim como Magalhães, também demonstra a importância por parte do governo em utilizar militares para comandar essas colônias. Enfatiza a questão da disciplina, evitando assim a preguiça e vagabundagem. Mesmo uma boa parte das pessoas que faziam parte das colônias serem civis, os que comandavam faziam parte de militares ou mesmo antigos militares. Essa estratégia seria uma

²⁷ COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. **O selvagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional. 1935 [1876]. p. 15.

²⁸ FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX**. CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29, 2011. p.2.

maneira em que numa situação de combate para defender esses territórios contra possíveis invasores esses militares que estava há frente das colônias já estariam treinados para o conflito.²⁹

Para assegurar os domínios sobre o território e a exploração delas, era preciso que as autoridades utilizassem de leis que garantissem seus interesses. Foi a Lei Imperial nº 601, de 18 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras de 1850, que foi bastante discutida pelos políticos na época.

A estabilidade política alcançada com a derrota das revoltas regenciais e a maior centralização do poder permitiram ao governo imperial deliberar sobre questões importantes para a manutenção da ordem política e social desejada por quem tinha o poder de influenciar as decisões políticas e econômicas. Uma ordem que assegurasse a posição privilegiada dos grandes senhores de terra e de escravos e mantivesse sob controle os sujeitos e grupos sociais vistos por eles como perigosos. O denominado Regimento das Missões (Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845) traçou novas diretrizes para a política relativa aos povos indígenas, determinando que devessem ficar sob tutela estatal. A Lei Imperial nº 601, de 18 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras de 1850, disciplinou a forma de acesso à propriedade da terra. A imigração estrangeira e a formação de núcleos coloniais (por iniciativa privada ou pelo poder público) eram alvo de intensa discussão no Parlamento e na imprensa, devido à proibição do tráfico internacional de escravos.³⁰

A Lei de Terras de 1850 foi bastante discutida nas bancadas políticas na época, defendia o interesse por parte das autoridades e do poder privado em relação a posse da terra e com isso deliberava a criação desses núcleos coloniais, as colônias civis e militares, como estratégia desta posse do território e tirava o índio, negro e pobres que representava “um risco ao progresso”³¹ desses territórios cobiçados. A polêmica dentro dessa Lei de Terras entre os políticos era a proibição do tráfico negreiro, e estabelecia a vinda de imigrantes para o país como forma suprir a mão-de-obra utilizada na economia do país. Também era estabelecido que

²⁹FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 2.

³⁰FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 3

³¹FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 2.

os nativos ficassem sob a tutela do Estado fazendo os mesmos se deslocarem de seus territórios para colônias onde eram “civilizados”.³²

Entre as medidas “civilizadoras”, estava a redução em colônias indígenas, onde esperavam que fossem catequizados na religião católica, adquirissem hábitos de trabalho rotineiro, amor à propriedade, respeito à Justiça e às normas da dita sociedade civilizada, para serem considerados úteis a si e à nação²⁷. Deliberando a esse respeito, a Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou a Lei nº 85, de 2 de julho de 1839, disciplinando a política indigenista na província. Antecipava-se ao governo central, que só legislou sobre o assunto em 1845, no chamado Regimento das Missões. As duas leis tinham muitos pontos comuns. Cumprindo-as, a província do Maranhão criou, nos decênios seguintes, sete missões ou colônias indígenas e 25 diretorias parciais de índios²⁸.³³

Na tabela ilustrativa abaixo, observa-se algumas colônias criadas durante o período Imperial no Brasil³⁴:

TABELA 1: COLÔNIAS CRIADAS NO PERÍODO IMPERIAL

COLÔNIAS CIVIS E MILITARES	LOCALIZAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO
Colônia do Urucú	Minas Gerais	1854
Colônia de São Pedro de Alcântara do Gurupi	Maranhão	1853
Colônia Leopoldina	Alagoas	1850
Colônia de Óbidos	Pará	1854
Colônia de Pedro II	Pará	1840
Colônia São João do	Pará	1850

³²FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 2.

³³FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 10.

³⁴FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 4.

Araguaia		
Colônia de Pimenteiras	Pernambuco	1850
Colônia dos Dourados	Mato Grosso	1856
Colônia de Nioac	Mato Grosso	1855
Colônia de Lamare	Mato Grosso	1859
Colônia de Miranda	Mato Grosso	1859
Colônia Brilhante	Mato Grosso	1855
Colônia de Caseros	Rio Grande do Sul	1853
Colônia de Avanhandava	São Paulo	1858
Colônia de Itapura	São Paulo	1858
Colônia Santa Teresa	Santa Catarina	1853
Colônia Jataí	Paraná	1851

Fonte: FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2, 2011. p. 5.

O Governo Imperial com Dom Pedro II continuou a política expansionista de seus antecessores portugueses, buscando aumentar o território do Brasil Imperial e manter os já conquistados, ou por acordos ou a base de conflitos. Desse modo utilizavam as colônias como forma de manter a posse dessas terras. Um ponto que se pode observar é que muitas das colônias civis e militares pelo país fixavam-se em regiões de fronteiras com outros países para proteger aquele território contra invasões estrangeiras e manter o domínio de suas terras.³⁵

As colônias civis e militares eram construídas de forma que posteriormente surgiriam vilas, pois, sua estrutura era praticamente igual à de uma cidade. Na maioria delas deveria ser construída uma igreja para que um capelão cuidasse dos

³⁵FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2, 2011. p. 5.

ensinamentos religiosos, colégios para os filhos dos colonos, indústrias principalmente para a fabricação de produtos retirados das colônias, como o queijo, por exemplo, e penitenciárias para aprisionar pessoas que cometessem crimes.³⁶ Para termos maior entendimento de como funcionava algumas colônias civis e militares pelo país a autora Regina Farias mostra a estrutura e algumas atribuições de empregados na colônia do Gurupi na Província do Maranhão:

Criada por determinação do governo do Maranhão, esta colônia foi instalada na margem direita do rio Gurupi, ou seja, no território dessa província. Como a intenção era criar um núcleo avançado de “povoamento” – como se dizia à época, desconsiderando a existência na região de povos indígenas e comunidades quilombolas –, os regulamentos que a regiam determinavam como deveres do seu diretor, bem como de quem estivesse à frente das demais colônias militares no país: destinar, na légua de terra em quadro entregue à administração da colônia, um espaço para a constituição de uma povoação e nele edificar uma igreja e uma casa de câmara e cadeia (indício da expectativa de que a povoação viesse a alcançar o status de vila), casas para os funcionários mais qualificados, destacados para ali trabalharem (o próprio diretor, seu ajudante ou imediato, o vice-diretor, o capelão, o facultativo e o escrivão), quartel, enfermaria, armazéns, paiol, oficinas de carpinteiro e ferreiro, olaria, serraria, moinho com roda e forno para farinha, rancho para passageiros. O diretor deveria, ainda, determinar os locais para edificar praças; auxiliar os colonos na construção de suas casas e plantação dos quintais; mandar abrir estradas ligando a povoação às localidades mais próximas, entre outras atribuições³⁷

Apesar dessa característica agrícola que se encontra muitas das colônias, a sua intenção era principalmente militar de servir de segurança contra “malfeitores” da época que tiravam a tranquilidade dos habitantes que se estabeleciam próximo a esses territórios. O Governo Imperial demonstrava esse interesse em proteger seu território a fim de evitar que esses tidos “malfeitores”: negros, índios, populações pobres, não atrapalhassem o projeto de expansão e desenvolvimento do país.³⁸

Outro fato relevante é a utilização das colônias como combate aos quilombos, esses como as colônias se localizavam em regiões remotas, isoladas das demais cidades como forma de proteção e refúgio dos seus senhores. E as colônias serviam também para acabar com os quilombos que se estabeleciam no país. À medida que

³⁶FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 8.

³⁷FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 10.

³⁸FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 8.

os colonos iam derrotando alguns quilombos, as populações quilombolas refugiavam-se para outros locais e formavam outros quilombos, dessa forma demonstrava-se a força existente entre esses grupos³⁹.

Para melhor compreensão da formação de quilombos pelo país, utilizando como referência a Província do Maranhão na época do Brasil Imperial, a autora Regina Helena Martins de Faria mostra os percentuais pelos quais formaram as comunidades quilombolas e o quanto essa quantidade de negros fugitivos era significativa:

O percentual de escravos na composição da população da província era muito elevado e as fugas, bem como a formação de comunidades de escravos fugidos eram fenômenos constantes. Um levantamento populacional de 1841 indica que 51,6% dos 217.054 habitantes do Maranhão estavam submetidos ao jugo da escravidão²⁰. Na primeira metade do século XIX, os quilombos eram formados com maior incidência na parte oriental da província, a mais populosa; na segunda metade da centúria estavam basicamente na parte ocidental, favorecidos pela baixa densidade populacional e menor penetração dos mecanismos estatais de vigilância. Os estudos indicam que os maiores e mais duradouros quilombos do Maranhão localizavam-se bem dentro das matas²¹. É lógico que procurassem os locais mais isolados⁴⁰.

Essa mesma forma de isolamento que era procurada para formar essas comunidades quilombolas também serviam para as comunidades indígenas, pois, dessa forma preservavam seus valores culturais e, além disso, protegiam-se contra seus perseguidores, como fazendeiros, colonos militares a serviço do Estado e dentre outros.

À medida que as fazendas de gado e as cidades eram estabelecidas nos territórios indígenas isso se tornava conflituoso entre os índios que tinham seu território invadido e os fazendeiros e populações que viam os nativos como grupos de selvagens que destruíam gados, plantações e causavam insegurança a uma população tida como “civilizada”, insegurança pelos furtos, assassinatos cometidos

³⁹FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2, 2011. p. 8.

⁴⁰FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2, 2011. p. 8.

pelos nativos, sendo que esses estavam tentando proteger o seu território e faziam desses atos sua forma de reivindicação.⁴¹

A maneira de conter essas manifestações indígenas ou “arruaças”, correrias dos índios como eram conhecidas na época era tentar “civilizar” os índios, ensinando os “costumes do colonizador” que eram considerados corretos. As colônias civis e militares tinham também essa finalidade de receber índios, tentar reeducá-los ao seu modo⁴².

Dentro de algumas colônias como a do Gurupi no Maranhão havia punições para índios que cometessem furtos, brigas ou outras práticas que denominassem algum tipo de delito. Eram muitas vezes enviados soldados pelo chefe da colônia para apurar o caso e efetuar prisões, dependendo da gravidade dos conflitos eram comunicado as autoridades do governo solicitando reforços de pessoas para garantir a segurança da colônia e munições para combater tribos indígenas consideradas inimigas.⁴³

Muitos dos relatos enviados as autoridades das províncias pelos diretores das colônias civis e militares do período Imperial sobre a relação com os povos indígenas eram mostrados laços amistosos com esses povos, pouco se falava sobre conflitos e violências cometidos com essa população e se assim faziam alegava-se defesa contra tribos selvagens que ameaçava as pessoas da colônia. Nessa relação era relatado o índio muitas vezes como colaborador, guiando os colonos pelas matas para conhecer o território, onde possivelmente seriam introduzidas colônias⁴⁴.

Observando a relação entre tribos indígenas e comunidades quilombolas percebe-se que nesses casos havia muitos conflitos, pois, de acordo a autora Regina Helena tirando como referencia a colônia do Gurupi no Maranhão, mostra que muitas tribos indígenas tinham preconceito com negros, e colaboravam com colonos, fazendeiros na captura de escravos fugitivos. Muitos índios quando

⁴¹FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 9.

⁴²FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 8.

⁴³FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 15.

⁴⁴FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 14.

percebiam comunidades quilombolas denunciavam aos colonos próximos das aldeias. A autora menciona alguns relatos de conflitos entre índios e negros fugitivos e que muitos índios atacavam esses quando encontravam pelas matas, como em um relato de uma fuga de doze negros que fugiram no Maranhão:

Em certos episódios protagonizados na Colônia Militar foram índios que denunciaram a proximidade de quilombolas, como nas vezes em que comunicaram ao diretor terem ouvido tiros de “granadeiros”, que julgavam ser de mocambeiros. O episódio mais emblemático do conflito entre índios e escravos fugidos naquela região ocorreu em 1854, quando doze escravos (dez homens e duas mulheres) do capitão Francisco Romano Tavares fugiram e, ao procurarem chegar a um mocambo situado nas cabeceiras do rio Peria, depararam-se com “índios brabos da nação Urubu”. No confronto, três fugitivos morreram, inclusive uma das mulheres. Os outros resolveram seguir para o Pará, mas, no caminho, um se desgarrou do grupo e, após um mês de caminhada margeando o rio Gurupi, chegou ao lugar onde estava sendo implantada a Colônia Militar, cujos soldados o prenderam e o desventurado escravo foi enviado ao seu senhor.⁴⁵

Próximo da colônia do Gurupi no Maranhão encontravam-se nações indígenas como: Guajajara, Tembé, Managé, Caraô, Gamela e Manajó. Sendo muitas dessas, convivendo com os habitantes brancos da região, como denominou o Tenente Coronel Junqueira (primeiro diretor dessa colônia). Mas não totalizando todas as tribos indígenas, pois, existiam outras tribos isoladas de difícil acesso e contato. Uma das estratégias dessas tribos e quilombos era não fixarem-se em um só lugar, ficavam mudando de território para garantir a sobrevivência da tribo tanto física como cultural.⁴⁶

Em relação aos quilombos, a ação das colônias militares foi diferente. Em vez de tentar trazer os negros para a “civilização” como no caso dos índios e utilizá-los como mão-de-obra era determinado aos militares à ação de combate, “bater” essas comunidades quilombolas, capturar ao máximo de negros fugitivos e escravizá-los.⁴⁷

Como estratégia de combate as comunidades quilombolas, muitas das instalações que permitiam o surgimento ou continuidade de quilombos eram destruídas, como: casas de farinha, plantações, centros espirituais. Quando não

⁴⁵FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 17.

⁴⁶FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 14.

⁴⁷FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 17.

acabavam com essas instalações, usavam os antigos quilombos como núcleos militares, na qual eram enviados militares para esses locais reforçando a segurança do local e assegurando que essa comunidade e seu território próximo não servissem de quilombos. Também utilizavam antigos quilombos como abrigos para migrantes nordestinos refugiados pela seca.⁴⁸

Mas isso não queria dizer que essas comunidades ao serem abordadas não se refugiassem para outro local ou até outra província e se restabelecesse, pois, os quilombos representavam muita força. A captura de habitantes de quilombos pelos soldados das colônias militares, às vezes, obtinha sucesso e outras vezes, não. Um dos motivos para os fracassos nessas capturas era alegado por muitos diretores das colônias, como a falta de soldados nas colônias e o número de pessoas vivendo nas colônias era bem menor do se esperava pelo governo. Consequentemente prejudicando o andamento de alguns planos do Imperador, como a proteção de territórios isolados, distante das autoridades.⁴⁹

Uma questão importante utilizada nas colônias militares e retratada como base na colônia militar do Gurupi no Maranhão era a proteção e tentativa de desenvolvimento da navegação dos rios próximos a colônias, como forma de facilitar a comunicação e acesso a esses locais isolados com outras cidades. Tanto como forma de abastecimento em alimentos, vestimentas e outros produtos necessários para a manutenção das colônias. Essa forma de navegação tanto facilitaria o acesso como também possibilitaria um desenvolvimento comercial, algo almejado pelo Estado.⁵⁰

Outro ponto que as autoridades da época buscavam explorar com as colônias civis e militares eram as distribuições de impostos tanto nas mercadorias embarcadas pelos rios como também colocar tributos nos rebanhos de gados pelas

⁴⁸FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 17.

⁴⁹FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 17.

⁵⁰FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 17.

fazendas que estavam ao redor das colônias. Essa intenção fiscal do Estado era uma forma de garantir recursos aos cofres públicos por meios das colônias.⁵¹

Um ponto que devemos observar é que ao mesmo tempo em que o Governo Imperial busca atender seus interesses ele entra em conflito com interesses de outros grupos, como: índios, negros, fazendeiros e até pequenos agricultores que viviam ao redor dessas instalações militares. E muitas vezes nos indagamos: Por que o insucesso de muitas colônias civis e militares pelo país? Seria apenas a questão de estarem instaladas em lugares isolados, sem conforto e não sendo atrativa para muitos?

Mas compreendemos nesta pesquisa que esse insucesso das colônias militares se fez a partir de um conjunto de fatores, que vai desde as dificuldades de acesso, como mencionado anteriormente, até a divergência de interesses que se fazia entre o Estado e grandes criadores de gado que também cobiçavam as grandes extensões de terras férteis pelo país que estavam sendo ocupadas por essas colônias, sem falar do controle que as colônias estavam exercendo sobre as fazendas próximas das colônias, como na distribuição de tributos, abordado anteriormente.

O Estado projetou as colônias sem pensar as necessidades dos grupos sociais que existiam nesses lugares em nome do progresso, da civilização. Enviaram militares para guardar seus territórios, intimidando uma população que se sentia controlada por esses colonos.

Os índios foram retirados de seus grandes territórios para serem “civilizados”, mas essa tal civilização praticamente fracassou, pois, muitos índios, com a extinção das colônias civis e militares, voltaram para sua vida e buscaram preservar seus costumes.

Depois da extinção das colônias nesses territórios isolados, longínquos, propiciaram conseqüentemente o crescimento de mais quilombos e o fortalecimento dessas comunidades. A intervenção militar nas colônias não conseguiu combater os quilombos como desejado no projeto de intervenção do Estado.⁵²

⁵¹FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 19.

⁵²FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 25.

E assim com pouco entusiasmo foi se acabando esses núcleos coloniais que seria como desejada a base do progresso e civilização. E as comunidades que em muitas colônias habitavam⁵³ perderam a tutela do Estado e também foram esquecidas assim como os projetos de colônias civis e militares pelo país.

⁵³FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2,2011. p. 25.

2. TENTATIVA DE IMPLANTAÇÃO DE COLONIAS CIVIS E MILITARES NO PIAUÍ: DA POLÍTICA AOS INTERESSES DOS GRANDES LATIFUNDIÁRIOS

No Período Imperial, mais precisamente no pós-guerra do Paraguai em 1870, a Província do Piauí, assim como nos demais territórios brasileiros, não passou despercebida dos projetos de implantações de colônias civis e militares. O Piauí naquela época ainda era um território praticamente inexplorado, com pouco desenvolvimento de cidades, estradas e comércio, ou seja, sem muito progresso ao olhar das autoridades da época.

Compreendendo essa situação econômica que se passava a Província do Piauí no Período Imperial, o pesquisador Odilon Nunes faz uma análise dessa conjuntura econômica do Piauí, mostrando os fatores que levaram a Província a permanecer exercendo a atividade de pecuária e os motivos pelos quais o comércio continuou em um estado “pré-capitalista”, como afirma o pesquisador:

Como, porém, promover o comércio se não havia ponderável densidade demográfica para criar mercados internos que servissem de base às empresas provinciais, e se não havia mesmo indústrias, e se a agricultura se encontrava em estágio pré-capitalista? E se houvesse mesmo produção, como transportá-la, se não havia estradas comunicatórias do interior para o rio Parnaíba? E se houvesse estradas, haveria compensação transportá-las aos mercados litorâneos tão distantes dos centros produtores e também tão frágeis sob o ponto de vista demográfico? Na época, parece-nos que não. Só mesmo a pecuária, e já despida do esplendor de outrora, poderia sobreviver nesse cenário por vezes adusto ríspido, que impõe ao homem tenacidade e capacidade de denúncia. É de capital importância no desenvolvimento da comunidade o fator transporte eficiente pela rapidez e preço de compensadora indenização. Dele dependem produção e consumo, isto é, a distribuição do produto, com presteza e de modo parcimonioso, de sua fonte originária até os consumidores. É assim que surge o comércio que vitaliza a Nação

E, por vezes, como no caso do Piauí o frete supera o valor da própria mercadoria. Daí o emperramento empresarial e a consequente estagnação econômica. Aí temos a conjuntura do Piauí.⁵⁴

Nesta situação que se encontrava a Província do Piauí, entrava em cena uma das tentativas de povoamento, desenvolvendo as estradas e a navegação, facilitando assim a comunicação, o comércio e possibilitando um desenvolvimento nessa região que caminha em passos lentos em relação a algumas províncias pelo país. Essa tentativa estava nos planos do Governo Imperial na introdução de colônias civis e militares no Piauí.

⁵⁴NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV. 1972. p. 162.

As colônias seriam o fator que possibilitaria esse desenvolvimento, pelo fato de trazer povoações para lugares praticamente isolados e assim gerando rendas através da mão-de-obra dentro dessas colônias com o intuito de produzir artigos retirados desses estabelecimentos. Como também no investimento em estradas, que poderiam ser construídas para o acesso desses habitantes residentes nessas colônias, ligando assim aos grandes centros comerciais e possibilitando um desenvolvimento econômico dessa região.

Outra questão pontuada por Odilon Nunes é a falta de interesses por parte de alguns dos políticos dessa época em desenvolver economicamente o território piauiense. Pouco se havia registro de cobranças desses políticos que estavam atuando junto ao Governo Imperial. Muitas vezes, percebia-se que essas cobranças vinham mais das populações que viviam nos territórios isolados, populações que sofriam pela falta de melhorias, de estradas, pontes que dificultava a manutenção dessas pessoas nos locais em que viviam. Desse modo observa-se a citação abaixo:

Presumimos que assim ficam elucidadas, em nossos dias, as causas da estagnação da economia do Piauí. Efetivamente não tínhamos estradas. Se computarmos as dotações orçamentárias do governo central e do provincial destinadas a esse fim, verificaremos sua exiguidade. Perlustremos as páginas dos orçamentos da Província e vejamos a pouquidade das dotações ministeriais. Havia penúria de possibilidades para o Piauí cujas as condições geográficas e sociais requeriam mais assistência dos poderes públicos, a adoção duma política nacional mais sábia.⁵⁵

Percebe-se por meio disso que o desenvolvimento econômico do Piauí nessa época dependia também do desempenho dos políticos que estavam no poder, que esses voltassem seus olhares para o melhoramento da província, que fossem mais atuantes em reivindicar junto às autoridades Imperiais para investimento nesse território. O Engenheiro Dr. Gustavo Dodt mostra que ao desempenhar a atividade de explorar os territórios próximos aos rios Parnaíba e Gurupi, a pedido do Presidente da Província do Piauí, não foi dado o apoio necessário para que pudesse desempenhar esse projeto, desse modo ele afirma:

Toda via devia limitar-me a coligir os dados, que ainda faltavam entre a Capital e a cidade da Parnaíba, pois neste último lugar não havia embarcação nenhuma, em que se pudesse afrontar os perigos do mar nas barras mesmo, onde a ressaca é muito forte. A capitania do porto, mesmo,

⁵⁵NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV. 1972. p. 163.

que tinha ordem da presidência da província de fornecer-me uma embarcação própria para o serviço, não dispunha daquela ocasião senão de um escaler pequeno, em que não era possível sair das águas do rio.⁵⁶

Nota-se que não havia muito incentivo por parte da Província do Piauí em auxiliar no projeto de implantações de colônias nesse território. Sendo que profissionais como o Engenheiro Gustavo Dodt passou por várias dificuldades para poder concluir com exatidão sua análise nas terras apropriadas para servirem de colônias posteriormente.

Para compreendermos melhor como se deu a tentativa de implantação de colônias pelo território piauiense, precisamos observar o projeto colonial como um todo. Na visão do Historiador Johny Santana de Araújo, ele aborda os interesses que estavam ligados a introdução das colônias pelo país, por parte do Estado:

Mas o que eram as Colônias Civas e Militares e quais eram os seus objetivos? A priori as colônias civis agrícolas eram iniciativas do governo imperial que buscava o povoamento de áreas do interior do país, muitas foram estabelecidas na década de 1850, por outro lado as colônias militares agrícolas foram exemplos da associação entre a função essencial do Exército com relação à manutenção e vigilância do território brasileiro e a criação de um ambiente propício à experiência e ao conhecimento sobre o país. As propostas relativas às questões vinculadas à construção da Nação, a partir de um esforço de expansão e descentralização dos centros urbanos, também faziam parte desse projeto.⁵⁷

Como mostra a citação acima, a questão do povoamento em demarcar territórios pelo país serve como forma de proteger os territórios contra possíveis invasores, como exemplo, da Guerra do Paraguai, em disputas de territórios. Desse modo o país deveria se resguardar, se preparar contra outros conflitos e desse modo protegendo suas fronteiras e regiões isoladas que seriam de fáceis invasões sem a presença de tropas preparadas dentro de uma disciplina militar, acomodadas nesses núcleos coloniais.

Também havia outras intenções além das mencionadas anteriormente, como analisado no capítulo anterior a questão da civilização. De trazer a civilização para locais “mal povoados”, como era visto pelo Estado nessa época a ocupação

⁵⁶ DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 21.

⁵⁷ ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888**. Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 2.Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014

indígenas nesses territórios isolados. E como foi visto no capítulo anterior era preciso trazer civilização a esses povos nativos, reeduca-los conforme as leis e religião das autoridades e também os trazendo como colaborador no processo civilizatório, tornando-os trabalhador braçal em muitas das colônias do território brasileiro.⁵⁸ Faziam presentes desde o tempo da colonização do Piauí, algumas nações indígenas como os Tremembés, os Aroás, Cuínharões, Tabajaras e Amoipiras como povoadores da bacia do Parnaíba e ocupavam os Amoipiras a margem esquerda do rio São Francisco.⁵⁹

O Historiador Johny Santana de Araújo também mostra as intenções por parte do Governo Imperial de utilizar das colônias civis e militares com soldados de prontidão para acabar com as comunidades quilombolas. E dar como exemplo algumas comunidades quilombolas destruídas no território do Maranhão pelas colônias militares.⁶⁰

De um modo geral, sobre a segurança desempenhada através das Colônias militares, observemos acerca da organização e intenções das colônias civis e militares abordadas pelo mesmo Historiador:

O relatório do Ministério dos Negócios da Guerra do ano de 1858 apontava os objetivos das chamadas colônias militares, pois de acordo com o Ministro Jeronymo Francisco Coelho, o objetivo era de, “[...] estabelecer núcleos de povoações, em lugares remotos centrais e despovoados, onde só a principio podem resistir às privações, e permanecer como colonos, indivíduos habituados à obediência passiva, adquirida pelos severos hábitos da disciplina militar.” (BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1859, p. 45).⁶¹

⁵⁸ ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 2.Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

⁵⁹ FILHO, Djalma José Nunes. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: Do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 a 1897).** 2005. 130s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005. P.10.

⁶⁰ ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 2.Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

⁶¹ ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 2.Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

Nesse ponto o autor coloca a questão militar como algo essencial para o sucesso do empreendimento colonial. Que esse severo hábito de disciplina militar seria de muita importância para essas colônias estarem preparadas para possíveis combates. Tanto com inimigos externos como inimigos internos, sendo esses, índios considerados selvagens e populações quilombolas que deveriam ser destruídas e suas populações capturadas.

Também é demonstrada a questão do trabalho desses colonos recrutados, que seriam de grande desenvolvimento para o Estado, pois, além de fazer surgir povoamento em territórios praticamente isolados, se fazia também o controle social sobre essas populações que já habitavam esses territórios, como indígenas e pequenos agricultores, além de desempenhar o papel de segurança para o local.⁶²

Havia nesse período a peculiaridade de cada colônia pelo país, o fato de uma ou outra ter dado certo ou errado são fatores específicos de cada. Muitas espalhadas pelo país com climas diferentes e isso afeta no desenvolvimento de uma boa agricultura, por exemplo.⁶³

Nos relatórios do Ministério dos Negócios da Guerra do Paraguai em 1865, já era observado a situação das colônias militares pelo país. Muitas de suas colônias estavam fracassando nos objetivos estabelecidos pelo governo. Às vezes não se formavam a quantidade desejada nessas colônias por parte do Governo Imperial. E as que sobreviviam estavam ligadas a fator da utilidade que desempenhavam nas regiões de fronteiras pela proteção das fronteiras nos territórios brasileiros.⁶⁴

As colônias civis e militares começaram a ser projetadas e implantadas na Província do Piauí em 1860. Surgiu com a fundação de duas colônias na Província, sendo elas proveniente do sul do território. A primeira foi a de São Diogo, que se localizava no município de Bom Jesus, à margem do Rio Uruçui e a outra a de

⁶²ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 2.Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

⁶³ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 3.Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

⁶⁴ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 3.Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014

Parnaguá. Estas colônias foram extintas há pouco tempo de sua criação, a de São Diogo foi extinta em 15 de outubro de 1862 e a de Parnaguá foi desativada em 21 de dezembro de 1863.⁶⁵

A criação dessas primeiras colônias pelo Piauí tinha a princípio a finalidade de receber imigrantes atingidos pela seca que vinham da Bahia. Eram colônias agrícolas que serviam de produção dos produtos retirados das colheitas. Essas duas colônias eram de responsabilidade da Província do Piauí e o seu fracasso foi anunciado pelo fato de não terem atingindo os objetivos que se fazia na sua criação.⁶⁶

Posteriormente em 1865 com o início da Guerra do Paraguai foi criada outra colônia no Piauí, a colônia de Santa Philomena, no sul do Piauí. Essa colônia tinha a função de proteção dos territórios que se encontravam isolados, sem muitas povoações próximas a ele e de receber ex-combatentes da Guerra. Também fazia a defesa contra índios Xerentes que se recusavam a assimilação do colonizador. Desse modo eram expulsos desses territórios piauiense rumo a Goiás.⁶⁷

Seis anos depois da criação da colônia de Santa Philomena, o engenheiro em comissão do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. – Dr. Gustavo Luís Guilherme Dodt, faz uma análise do estado em que se encontra essa vila:

Santa Filomena, situada na margem do Parnaíba, foi erigida em freguesia pela resolução da Assembléia Provincial n. 413 de 8 de janeiro de 1856 e em vila pela dita n. 586 de 25 de agosto de 1865, porém ainda não pode ser posta em execução esta última resolução, por que não há número suficiente de pessoas qualificadas para os cargos de vereadores e jurados. Ela consiste somente das casas habitadas pelo coronel Lustosa e sua família, pelo vigário e pelo professor de primeiras letras e finalmente de uma capela pequena e de meia dúzia de palhoças. Todo o lugar não tem importância alguma e só poderá obtê-la, quando as terras nas cabeceiras do Parnaíba

⁶⁵ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 8.Disponívelem: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

⁶⁶ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 8.Disponívelem: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

⁶⁷ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 9.Disponívelem: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

forem mais povoadas; e para isso só pode contribuir a extensão da navegação a vapor até lá.⁶⁸

Diante disso observa-se que não houve praticamente progresso com a criação da colônia de Santa Philomena. Era para povoar e não tinha quantidade suficiente nem para essa localidade ser colocada em documentação como vila. Não havia qualificação de pessoas para cargos políticos como citados e observa-se que não havia disposição de quem era qualificado se deslocar para locais tão remotos pelo fato de não haver presença de vereadores no local.

Outro ponto importante que se pode analisar é a continuidade de pessoas e de suas famílias que permaneciam nessas colônias. A maioria era constituída de militares pelo modo de estarem habituados a viverem em situações de risco e isolamento, pois, já estavam preparados. Acredito que essa tática do Governo Imperial em instalar militares as frentes dessas colônias não foi por acaso.

De 1860 até provavelmente 1878 foi bastante discutida a criação de novas colônias civis e militares pelo território piauiense, mas muitos desses projetos não saíram do papel. Muitos políticos que governaram no Piauí passaram por esses projetos de colônias, mas o tempo que cada um passava no poder era mínimo para projetos grandiosos como esses que tinham um tempo longo para ser executado e não acompanhavam os mandatos dos presidentes da província que duravam meses ou no máximo um ano.⁶⁹

Um ponto importante nessa análise é a maneira com que em tão pouco tempo as duas primeiras colônias criadas no sul do Piauí fracassaram. De acordo com o Historiador Johny Araújo, no Piauí desde o início de sua colonização que houve uma grande concentração de terras nas mãos de grandes fazendeiros, latifundiários. Esses fazendeiros se destacaram e adquiriram poder e influência, principalmente no sul da Província, na qual havia essa maior concentração de terras.⁷⁰

⁶⁸ DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 56.

⁶⁹ ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888**. Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 12. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

⁷⁰ ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888**. Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 14. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

O setor que mais se desenvolvia e gerava rendas era a pecuária, e para o desenvolvimento nesse setor era utilizada grandes extensões de terra para criar o gado. Dessa forma muitos fazendeiros protegiam as melhores terras e colocava-se contrário a criação de colônias mesmo que de forma oculta, pois, era um risco às suas terras. Nesse sentido surgiam divergências entre Estado e grandes fazendeiros, sendo assim um empecilho para o surgimento e continuidade de colônias nesse território.⁷¹

Na tentativa de buscar terras viáveis para a implantação de colônias pelo Piauí e que não estivesse nas mãos de fazendeiros, trouxeram o engenheiro, etnógrafo, geógrafo e filósofo alemão, naturalizado brasileiro, Dr. Gustavo Guilherme Dodt mencionado anteriormente. Ele foi contratado pelo presidente da Província do Piauí, Augusto Olímpio Gomes de Castro, em 11 de dezembro de 1868, para fazer uma planta das cabeceiras do rio Parnaíba e uma análise de terras que poderiam ser aproveitadas para uma provável formação de colônias.⁷²

Desse modo observam-se abaixo as atribuições que foram concedidas para que o Dr. Gustavo Guilherme Dodt procedesse a seus trabalhos pelos territórios próximos aos rios Parnaíba e Gurupi que começaram nos meses de janeiro fevereiro e março de 1869:

Pelo ofício datado de 11 de dezembro de 1868, do Exm. Sr. Dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro, presidente da Província do Piauí, recebi ordem de representar uma planta do Rio Parnaíba desde suas cabeceiras até sua foz, que devia representar com exatidão, não só o curso do rio, com suas ilhas, coroas, cachoeiras, recifes, e outros obstáculos a livre navegação, mas também as embocaduras dos seus afluentes de ambos os lados, e que devia tratar especificamente dos diferentes rios e riachos, que formam as cabeceiras do rio, de modo a conhecer-se qual deles deveria ser considerado como sua verdadeira nascente. Em todo o curso do rio deviam-se determinar as posições geográficas dos pontos principais e de outros, que fossem precisos para dar a todo o trabalho o cunho da exatidão. Além disso, devia-se proceder a sondagens e medições da velocidade da correnteza para poder-se avaliar até onde poderia ser estendida a navegação no inverno e no verão. A respeito dos obstáculos à livre navegação devia ser dado um parecer – se eles poderiam ser removidos ou não, e no caso afirmativo apresentar um orçamento da despesa provável. Todo o trabalho deveria ser acompanhado de um relatório minucioso,

⁷¹ ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013. P. 14. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

⁷² DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 19.

indicando-se nele tudo que for de interesse, não só especial, mas também geral para o melhor conhecimento das terras que o Parnaíba percorre.⁷³

Ao começar seus trabalhos, o engenheiro Gustavo Dodt deparou-se em meio às dificuldades apresentadas pelo território. Eram péssimas estradas ou até mesmo no lugar das estradas predominavam mais percursos por onde passava vaqueiros na qual eram bem estreitos com matas que se colocavam como obstáculo ao deslocamento dessa comissão. Também havia a falta de transportes adequados para a locomoção nesse território, como citado anteriormente.

A falta de infraestrutura no período Imperial no Piauí era notória, como o pesquisador Odilon Nunes afirmou nas páginas anteriores. Percebemos também, através das análises do Engenheiro Gustavo Dodt, a mesma afirmativa quanto à falta de estradas adequadas, ou até mesmo a não existência de estradas, a carência de transportes, principalmente na navegação que mesmo com muitos obstáculos pelos rios não se observava muitas embarcações existente pelo território que pudesse dar suporte a locomoção de pessoas e mercadorias. Desse modo observa-se na descrição do Engenheiro Gustavo Dodt:

Terminados esses exames, voltei a Santa Filomena, e continuei a minha viagem, examinando o rio e coligindo os dados necessários para a organização da planta, e cheguei no dia 17 de novembro próximo passado à Capital. Gastei destarte 4 meses e 17 dias nessa viagem, que de certo foi muito penosa, visto as dificuldades que encontrei no trajeto por terras em grande parte incultas, e em toda parte com falta de recursos, onde se tornava difícil a aquisição dos mantimentos necessários, onde em muita parte não se achava pasto para os animais e ainda menos milho para suprir esta falta; onde se devia romper dias e dias por chapadas ermas, cobertas de um mato rasteiro e fechado, denominado ali “carrasco”, sem que eu tivesse encontrado caminho algum: onde se devia atravessar brejos, com atoleiros terríveis, e os rios, que, não dando vau, exigiam que se passasse a bagagem em balsinhas feitas à pressa de alguns talos de buriti, enquanto agente e os animais deviam atravessá-lo a nado; onde finalmente se encontravam ladeiras tão íngremes que os animais mal podiam subir descarregados, devendo-se passar a bagagem na cabeceira dos arrieiros.⁷⁴

Durante sua análise o Engenheiro Gustavo Dodt faz uma crítica ao sistema latifundiária em que vigorava na época no Piauí e que este era um sistema que se tornava prejudicial ao desenvolvimento da Província. Primeiro, ele mostra que existiam terras que poderiam ser aproveitadas na agricultura, mas essa agricultura

⁷³ DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 19.

⁷⁴ DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 20.

não deveria substituir a produção de gado e nem continuar apenas num sistema de criação de gado como se encontrava o Piauí, ainda mais em modo rústicos como se fazia essa produção⁷⁵.

Deveria se pensar numa maneira de desenvolver a pecuária de forma a aproveitar os recursos que esse setor disponibilizava. Criar indústrias, modernizar o setor pecuário para melhor aproveitamento desses recursos e transformar um setor econômico em vários segmentos aproveitando-se das terras férteis para produção agrícola, nem que seja voltada para uma produção interna, saindo da dependência que se encontrava a Província do Piauí com a do Maranhão em abastecimento de víveres⁷⁶.

Dentro dessa crítica que o Engenheiro faz a produção econômica no Piauí, está a concentração de terras na mão de poucas pessoas e que isso gera uma má distribuição de rendas e também contribui para o não desenvolvimento da Província. Alguns criadores de gado concentravam grandes extensões de terras em suas mãos com a intenção de distribuir o gado como mencionado anteriormente e dessa grande quantidade de terras faziam-se uma relação de poder em suas mãos em um local que muitos dependiam de poucos⁷⁷.

O governo também não lucrava nesse sistema, pois, não tirava impostos que muitas vezes deveria ser taxado pelas grandes quantidades de terras e gados que fazendeiros possuíam⁷⁸. Esses grupos latifundiários exerciam muito poder sobre os funcionários públicos e muitos deles eram ao mesmo tempo os representantes do governo e se beneficiavam de alguma forma.

Uma forma de concentrar mais terras nas mãos por parte de pessoas abastadas na Província do Piauí era acrescentar impostos altos nas terras cobiçadas de pessoas pobres, fazendo com que essas não pudessem arcar com suas obrigações fiscais sendo suas terras leiloadas e compradas pelos grandes fazendeiros a preços baixíssimos.⁷⁹

⁷⁵ DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 45.

⁷⁶ DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 45.

⁷⁷ DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 45.

⁷⁸ DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 45.

⁷⁹ DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 46.

Observa-se que grandes proprietários de terras utilizaram sua influência para se beneficiar e tirar as poucas terras férteis de pessoas humildes, com poucos recursos financeiros. E o criador pequeno é prejudicado, não é ouvido em suas reclamações pelo coletor de dados do governo que lança os impostos, pois, esse está ao lado do grande criador ou muitas vezes, por medo não pode ir contra os interesses desses grandes latifundiários.⁸⁰

Desse modo vai se formando uma grande concentração de terras no Piauí e prejudicando os cofres públicos quanto à arrecadação correta de seus “dízimos” como eram chamados os impostos colocados pela quantidade de terras e gados adquiridos nas fazendas na Província do Piauí.⁸¹

E dentro dessa conjuntura que se encontra o território piauiense, ajudou para um menor avanço no crescimento dessa Província, também atrapalhou na implantação e continuidades de colônias pela Província. Por ser um sistema que se fecha a poucas famílias abastardas e restringe as terras de boa qualidade para possível desenvolvimento da agricultura pela criação de gado. Observava-se abaixo a forma como se lidava com algumas terras na Província e como elas foram adquiridas ao longo do tempo:

A província tem terras suficientes de boa e até da melhor qualidade possível para poder sustentar um número de habitantes muito mais crescidos do que existe, mas as plantações são tão limitadas que se importam da Província do Maranhão muitos mantimentos, e raro é o ano em que não aparece em um ou outro ponto da província carência de víveres e mesmo fome.

Examinando-se as causas, que produzem tão lamentável estado, não podem elas ser achadas só no desfavor do tempo ainda que este influirá sem dúvida em uma ou outra localidade, pois este podia ser neutralizado pela escolha das plantações. Existindo diversas qualidades de mandioca (a base principal da alimentação) cujas raízes duram muitos anos na terra sem deterioração, e que dão depois uma farinha muito boa, como entre outras a “manipeba”, podiam-se ter em reserva plantações destas qualidades, e a fome nunca poderia aparecer, não sendo conhecidas no Piauí secas repetidas por muitos anos.

As datas de terras concedidas antigamente a um indivíduo passaram por heranças, compras e outros títulos as mãos de muitos, sem que elas jamais fossem subdividas, de sorte que a propriedade de terras quase em parte nenhuma da província consiste na posse exclusiva de um certo e determinado terreno, mas no direito a uma parte maior ou menor de uma certa data, que em geral tem uma área superficial de 3 léguas quadradas. Cada um dos co-proprietários de uma tal data julga-se com o direito de poder admitir quantos agregados quiser e a ambição de querer apresentar-se em dias de eleição com o número crescido de votantes, faz com que muitos abusem deste direito e sob a proteção de um deles se estabelece às

⁸⁰ DODT, **Gustavo. Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 46.

⁸¹ DODT, **Gustavo. Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 46.

vezes uma multidão de pessoas como agregados nas terras, que pertencem a muitos.⁸²

O autor faz uma crítica a maneira como viviam algumas populações no Piauí, que esses deveriam produzir mais na agricultura e investir nela, pois, sobravam terras férteis para serem cultivadas e que essas populações se tornavam acomodada. Mas por outro lado observemos que nesse mesmo período era desenvolvida a pecuária pelos grandes fazendeiros, como mencionado anteriormente, e que as terras mais produtivas provavelmente estariam sob o poder desses fazendeiros. Muitos dos pequenos agricultores estavam distribuídos pelas terras como agregados e desse modo subordinados aos grandes proprietários.

A forma como foram se estabelecendo as populações nas terras da Província do Piauí também favoreceu para que se formasse um sistema de poder entre grandes fazendeiros e pessoas agregadas a suas terras. Essas pessoas agregadas deviam o favor pela terra recebida dos fazendeiros e assim se tornavam subordinadas a esses.

Mesmo que as terras piauienses não fossem de posse exclusiva de particulares, era uma forma de doação do Estado, como maneira de povoação e produção, mas com o tempo viraram heranças e foram se multiplicando. Sendo esse sistema de terras uma denominação de poder que se originou no Piauí e considerado um prejuízo ao avanço econômico da Província, pois, concentrava grandes terras nas mãos de poucos e esses extensos territórios pouco utilizados para a agricultura devido ao uso predominante da pecuária.

Nesse sentido se demonstra o quanto grandes proprietários de terras da Província do Piauí influenciavam e impediam que alguns projetos do Governo Imperial que iam contra seus interesses, fossem adiante ou até mesmo saíssem do papel. Como foi o caso dos Projetos de Colônias e a continuidade de algumas mencionadas anteriormente.

Ao analisar o território piauiense para a criação de colônias civis e militares, o Engenheiro Gustavo Dodt esclarece pontos importantes para a criação das mesmas como: “1º – haja terreno suficiente para lavoura de 50 famílias de colonos ao menos, tanto de alagadiço como enxuto (bem entendido para uma lavoura racional), 2º - seja

⁸² DODT, **Gustavo. Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 51.

a comunicação com a capital fácil, ou ao menos não muito difícil, 3º - sejam as terras do domínio do governo.”⁸³

Em 17 de novembro de 1870 esse mesmo engenheiro envia uma carta para Dr. Manuel José Espinola Junior (1º vice-presidente da província). E ao termino dos estudos relacionados às terras da Província do Piauí foi encontrada uma que se enquadrava nesses três quesitos mencionados anteriormente que eram as terras do Riachão que tinham brejos, boqueirões e veredas e essas terras ficavam de 25 a 30 quilômetros da margem do Parnaíba, tinham boas condições de acesso e eram terras do governo.⁸⁴

Ele expôs o que seria fácil construir nesse local um engenho de água como recurso para mover as máquinas utilizadas na colônia, como para moer cana-de-açúcar, a roda de farinha, o descaroçador de algodão, o descaroçador de arroz, debulhador de milho, despoldador de café, moinho entre outros.⁸⁵

Observando essa estrutura proposta pelo autor podemos imaginar como seriam projetadas as colônias pelo Governo. O quanto poderia se aproveitar de fato estas terras não cultiváveis pelo território piauiense se esse projeto seguisse a risca todos esses ideais e tivesse suporte necessário para seguir adiante como às que foram criadas. Mas o que se viu foi o contrário, falta de incentivo por parte das autoridades piauienses em dar suporte até no estudo das terras para criação de colônias.

Os governantes que se interessavam faltavam tempo para cumprir tamanho empreendimento em meio ao curto período de mandato. E algumas populações vizinhas, especificamente os grandes proprietários de terras que se sentiam receosos e intimidados com a presença de representantes do Estado próximas a suas fazendas, sendo estes vistos como fiscais do governo e um perigo a perda de suas terras devolutas.

Das colônias criadas pelo Piauí, fica a memória de poucas que se tornaram cidades, como a de São Pedro de Alcântara, hoje a cidade de Floriano; que vem sendo repassado dos antigos habitantes aos mais jovens, como se originou e qual

⁸³ DODT, **Gustavo. Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 62.

⁸⁴ DODT, **Gustavo. Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 64.

⁸⁵ DODT, **Gustavo. Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 64.

era o projeto inicial de quando eram colônias. Surgindo a necessidade de conhecer suas origens e assim encontrando suas identidades locais. Sendo este um dos motivos da importância dessa pesquisa em tentar buscar o sentido do surgimento de algumas populações no Piauí em meio ao interesse dos governantes da época nesse empreendimento colonial.

3. VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, FILHOS DILETOS DESTA CARA PROVÍNCIA: A COLÔNIA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA NO PÓS-GUERRA DO PARAGUAI

3.1 Finalidade e planejamento do estabelecimento

O Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara começou em 1873, com uma das finalidades principais a de educar filhos de escravos pobres que nasciam livres pela Lei do Ventre Livre e eram ensinadas as primeiras letras, sendo alfabetizados. Essa primeira finalidade do estabelecimento mostra um tanto de preocupação social existente em um tempo em que o racismo ainda estava impregnado no nosso país.⁸⁶

Nesse sentido o Decreto 5.392 de 10 de setembro de 1873 firmava um contrato de criação do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara entre o Governo Imperial e o Agrônomo Francisco Parentes fundador do mesmo. Observa-se abaixo na clausula II do decreto, as afirmações acima da escolarização dos filhos de escravos:

Educará physica, moral e religiosamente os libertos das ditas fazendas, que forem menores, e os filhos das libertas nascidos depois da promulgação da Lei de 28 de setembro de 1871, não podendo, porém, os menores ser separados da companhia de suas mãis, nem entrar para o estabelecimento a que se refere a condição 1.^a, antes de completarem cinco annos de idade, salvo os órfãos de pai e mãe. Proverá, outrossim, á educação moral e religiosa dos adultos.⁸⁷

A mencionada Lei de 28 de setembro de 1871 se refere à Lei do Ventre Livre que concedeu liberdade aos filhos de escravos nascidos após a sua promulgação. Aos libertos idosos que desejavam residir neste local era de obrigação do diretor das fazendas, prestar socorros, alimentos, vestuários e habitação de acordo com a necessidade dessas pessoas consideradas inválidas⁸⁸. E o estabelecimento referido surgiu com uma preocupação social de dar educação aos novos libertos da Nação, podendo ser utilizados posteriormente como profissionais dentro desses estabelecimentos, dando sentido a essa nova população livre que crescia no Brasil Imperial.

⁸⁶ FILHO, Djalma José Nunes. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: Do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 a 1897)**. 2005. 130s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005. p.8.

⁸⁷ BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873, p. 709.

⁸⁸ BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873, p. 710.

Para entendermos melhor esse processo de surgimento do núcleo colonial de São Pedro de Alcântara é preciso buscar no tempo como se deu a formação desse território a partir da administração que os primeiros políticos atuaram.

João Pereira Caldas (o primeiro governador da Capitania de São José do Piauí até o ano de 1769) além de criar a primeira Vila e Capital do Piauí (Oeiras) dividiu a capitania em três inspeções (a de Nazaré, Canindé e Piauí). A inspeção de Nazaré possuía doze fazendas, sendo cinco delas posteriormente desanexadas para a formação do Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara. Com o passar dos anos, em 1890, esse estabelecimento se torna a Colônia Militar de São Pedro de Alcântara e posteriormente, em 1897, a atual cidade de Floriano. O fundador desse empreendimento colonial foi o Engenheiro Agrônomo Francisco Parentes mencionado anteriormente, que idealizou esse projeto na Província do Piauí, fazendo parte de muitos dos planos de colônias implantadas pelo país.⁸⁹

Com a formação da Colônia de São Pedro de Alcântara o objetivo não era mais educar filhos de escravos, mas criar uma fábrica de laticínios para produção de queijo, manteiga e derivados. Também deveria ser criada uma funilaria, serraria e uma estação meteorológica.⁹⁰

Para firmar esse empreendimento colonial foi feito um contrato entre o Governo Imperial e o Engenheiro Agrônomo Francisco Parentes, analisado no livro de registros documentais no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, na qual se encontra o Decreto Imperial nº 5.392 de 10 de setembro de 1873 mencionado anteriormente, que firma o acordo entre os mesmo:

DECRETO 5.392 – DE 10 DE SETEMBRO DE 1873

Autoriza a celebração do contracto proposto por Francisco Parentes para a fundação de um estabelecimento rural na Província do Piauhy, comprehendendo as fazendas nacionais denominadas – Guaribas, Serrinhas, Mattos, Algodões e Olho d'Água,- pertencentes ao departamento de Nazareth.

Hei por bem Autorizar a celebração do contracto proposto por Francisco Parentes para a fundação de um estabelecimento rural na província di Piauhy. comprehendendo as fazendas nacionais denominadas – Guaribas, Serrinhas, Mattos, Algodões e Olho d'Água-, pertencentes ao departamento de Nazareth, sob as cláusulas que com este baixam assignadas por José Fernandes da Costa Pereira Junior. Do Meu Conselho, Ministro e Secretário

⁸⁹ FILHO, Djalma José Nunes. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: Do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 a 1897)**. 2005. 130s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005. p.31.

⁹⁰ FILHO, Djalma José Nunes. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: Do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 a 1897)**. 2005. 130s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005. p.32.

de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dez de setembro de mil oitocentos setenta e três, quinquagésimo segundo da Independência e do Império.
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.
José Fernandes da Costa Pereira Junior.⁹¹

Para obtermos uma análise mais precisa sobre o Estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara é preciso conhecer um pouco sobre a vida do fundador desse empreendimento, Francisco Parentes. Ele nasceu no dia 10 de junho de 1839, no município e freguesia das Barras, na Província do Piauí. Durante sua infância sua família muda-se para a província do Maranhão, e posteriormente para a então recente capital da província do Piauí (Teresina) onde sua família se estabeleceu. Seu primeiro emprego foi de caixeiro em um armazém, depois de algum tempo conseguiu um emprego de secretário na renomada escola Liceu Piauiense. E mais tarde no ano de 1857 torna-se secretário na Câmara Municipal de Teresina. Foi nomeado em 1862, como escriturário e com um salário melhor investiu nos seus estudos indo para o Rio de Janeiro. Em 1863, teve o objetivo de estudar Agronomia na França, buscando assim um financiamento de seus estudos por parte de algumas autoridades piauienses. Conseguindo esse fim, mudou-se para França em sete de março de 1864 e formou-se em Agronomia em 1871 recebendo seu diploma em Versalhes.⁹²

Terminando seus estudos na França, voltou para o Brasil e respectivamente para a província do Piauí em 10 de agosto de 1871 com 31 anos de idade. Ao chegar ao território piauiense explanou suas ideias para o então Presidente da Província Manoel do Rego Barros Sousa Leão, a cerca da criação de um estabelecimento que poderia trazer desenvolvimentos econômicos à Província. Sendo esse empreendimento diferente dos demais projetos coloniais existentes no Império, pois, havia nele planos de escolarizar libertos da nação⁹³. O autor Djalma José Nunes Filho mostra em seu artigo como foi encaminhado o projeto de Francisco Parentes ao Governo Imperial:

⁹¹ BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873, p. 708.

⁹² FILHO, Djalma José Nunes. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: Do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 a 1897)**. 2005. 130s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005. p. 34-40.

⁹³ FILHO, Djalma José Nunes. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: Do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 a 1897)**. 2005. 130s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005. p. 43.

O projeto de Francisco Parentes, recebeu apoio entusiástico do presidente da província que providenciou para que ele fosse ao Rio de Janeiro, onde se apresentou ao então ministro da Fazenda, o Visconde de Rio Branco, que por sua vez o encaminhou ao Ministro da Agricultura, Conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, que ouviu os planos do agrônomo, e os aceitou, contratando-o com um salário de 300\$000 e uma ajuda de custo de 1:000\$000 para vir ao Piauí, escolher um local apropriado para a implantação da colônia. Autorizou que fizesse um orçamento detalhado das despesas para as instalações do prédio e das demais dependências, tudo isto seria colocado no relatório a ser elaborado por Francisco Parentes para ser apresentado posteriormente ao Ministério da Agricultura. A colônia teria o nome de Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara.⁹⁴

Outra pessoa que foi de fundamental importância para a criação da colônia de São Pedro de Alcântara que graças ao seu trabalho se tornou viável esse projeto foi o engenheiro Gustavo Dодt, que fez uma análise das cabeceiras do rio Parnaíba e Uruçuí e estudou terras que poderiam possibilitar a criação dessa colônia na Província, como estudado nos capítulos anteriores.⁹⁵

No mesmo contrato firmado entre o Agrônomo Francisco Parentes e o Governo Imperial estava algumas atribuições e obrigações que o Agrônomo deveria desempenhar para formação do Estabelecimento. Deveria se produzir lavouras de algodão, cana de açúcar e cereais sendo esses plantios próprios para o clima da região. Também teria que construir fábricas de queijo e sabão, charqueada e “cortume”, fazer currais, cercado e estábulos para o melhoramento da criação de gado. Nesses itens mencionados, sendo utilizado o aperfeiçoamento de acordo com os recursos do estabelecimento.⁹⁶

Deveria também ser construídos prédios para residências, casa de órgãos, enfermaria, cemitério. Estabelecer edifícios com proporções para fábricas e “cortume”, para depósitos, engenhos de açúcar e suas dependências, para prensa e descaroçamento de algodão. Deveria ser construído um quartel para os soldados fazerem o policiamento não só do empreendimento, mas das fazendas de gado que estavam ao redor dessa localidade.⁹⁷

No mesmo contrato se encontrava na clausula VII, os profissionais que deveriam ser contratados para fazer parte desse núcleo. Percebe-se adiante o

⁹⁴ FILHO, Djalma José Nunes. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: Do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 a 1897)**. 2005. 130s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005. p. 47.

⁹⁵ DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 19.

⁹⁶ BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873, p. 710.

⁹⁷ BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873, p. 710.

Decreto Imperial nº 5.392 de 10 de setembro de 1873, que propõe esse quadro de pessoas para a formação dessa localidade:

O estabelecimento terá o seguinte pessoal: um Director, que será o contractante acima referido, um Escripturario, um Sacerdote, um Professor, uma Professora, uma Directora dos trabalhos domesticos, um Carapina, um Ferreiro, um Enfermeiro, uma Enfermeira, seis criados, trinta trabalhadores para a lavoura de canna de assucar, trinta ditos para a do algodão, quatro ditos para o cortume, quatro para as charqueadas, quatro para a fabrica de queijos, dous para a de sabão, seis encarregados da direcção das industrias, cinco vaqueiros e os fabricas necessarios, seis praças e um Sargento, e, finalmente, todos os menores e inválidos de que tratam as condições 2.^a e 3.^a. Fica entendido que, além do numero fixado nesta clausula, deverão ser admitidos como trabalhadores, todos os libertos da nação que forem aptos para o serviço rural e outros a que se destina o estabelecimento.⁹⁸

Para melhor fiscalização desse empreendimento em suas finanças era exigido à criação de um órgão que fizesse balancetes e documentos explicativos que mostrasse todas as despesas anuais que eram gastas na construção dessa obra. Esses documentos e balancetes eram enviados para a “Thesouraria de Fazenda” e desse órgão era enviados os resultados das despesas ao Ministério da Fazenda.⁹⁹

O Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara de acordo com o mesmo contrato deveria ficar sob a fiscalização do “Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas” ou do Presidente da Província. Na contratação do “Escripturario” era de obrigação do Presidente da Província estipular e cumprir com o salário do mesmo, para que esse realizasse as fiscalizações necessárias do Estabelecimento.¹⁰⁰

Dentro do empreendimento, além dos recursos financeiros que iriam ser investidos no mesmo, também havia uma intenção de arrecadação de impostos conforme os lucros que fossem gerados do estabelecimento. Na clausula XIII do contrato para a implantação do estabelecimento mostra a quantia que deveria ser enviada a “Thesouraria da Fazenda” e a forma como deveria ser conduzida essa intenção fiscal por parte do Governo:

Prestará fiança idônea da quantia de 10:000 \$ na Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piauhy, não só para receber para receber as consignações contractadas, como para garantir a arrecadação da renda do

⁹⁸ BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873, p. 710.

⁹⁹ BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873, p. 711.

¹⁰⁰ BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873, p. 712.

estabelecimento, que tem de recolher trimestralmente à mesma Thesouraria, na fórmula das condições 8^a. e 9^a.

Sempre que o contractante apresentar a sua conta documentada das despesas feitas, e forem estas julgadas regulares pela Thesouraria, considerar-se-ha exonerada da importanciadellas e habilitado para receber nova consignação, prevalecendo a dita fiança.

Se verificar-se a existência do saldo em seu poder, mesma Thesouraria lhe entregará sómente a somma que, reunida a esse saldo, perfaça a prestação pedida.¹⁰¹

Ao diretor do estabelecimento haveria uma liberdade para contratar e dispensar trabalhadores conforme achar necessário, mas deveria respeitar a clausula do contrato VII que trata das contratações necessárias de libertos da nação. A construção do estabelecimento teria um prazo de seis meses para começar as obras a partir do momento que receber a primeira parcela da receita necessária para o andamento das primeiras edificações. A entrega dessa receita seria no prazo de três meses ao recebimento das fazendas da inspeção de Nazaré. Sendo asseguradas as despesas do estabelecimento durante o período em que o mesmo ainda não estivesse gerando rendas.¹⁰²

O local onde seria implantado o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara ficava 240 km acima de Teresina, conhecido como Chapada da Onça, na fazenda de Bom Jardim como era conhecida na época. Esse local tinha uma grande riqueza quanto à abundância de águas ao redor do território, às do rio Parnaíba, sua fauna e flora eram bem diversificadas. Nessa época já havia exploração dos recursos naturais, principalmente da maniçoba, que se retirava a borracha para ser exportado para outros países, além de muitos animais silvestres como base alimentar de muitos que residiam nessa região, como afirma Djalma Filho:

As terras das fazendas eram muito férteis, não havia falta de água, pelo contrário havia muita água, do próprio rio Parnaíba com suas vazantes³³ cultiváveis durante todo o ano, dos seus afluentes e de inúmeras lagoas, com destaque para a lagoa de Nazaré, a segunda maior do Piauí, ficando atrás somente da lagoa de Parnaguá no sul do estado.

As propriedades tinham uma rica e variada flora, com destaque para a Carnaubeira, denominada árvore da vida pelo cientista e naturalista alemão Von Humboldt; o Juazeiro, com seu fruto suculento e polpudo; o Tucum, palmeira de onde obtinha-se fibra resistente; o Imbuzeiro, com o fruto macio e delicioso; a Macambira, de cuja raiz produziam excelente ração para o gado; o Tingui, cujo fruto rico em gordura do qual o sertanejo fabricava sabão de ótima qualidade; o Buriti, planta típica de brejos, e do seu fruto fabrica-se doce; o Jatobá, cuja madeira é apreciada como lenha, e o fruto aproveitado como ótima ração para suínos; o Pequi, produz fruta de polpa oleosa e muito nutritiva;

¹⁰¹ BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873, p. 712.

¹⁰² BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873, p. 711.

a Copaíba, de onde é extraído o óleo empregado para tratamento de úlcera e reumatismo; o Cajueiro, árvore típica do Nordeste, e de cuja castanha extrai-se uma amêndoa muito nutritiva, atualmente figura como um dos principais itens na pauta de exportação dos estados do Piauí e Ceará, além da polpa que produz excelente suco; a Maniçoba, árvore possuidora de seiva utilizada para produzir-seborracha de excelente qualidade, que foi o principal e mais rendoso produto de exportação do Piauí na última década do século XIX e primeira década do século XX, e muitas outras árvores de madeira de lei, que ao longo do último século foram exploradas de forma predatória, sem nenhum controle governamental. Muitas destas árvores tão identificadas com a paisagem piauiense, estão em acelerado processo de extinção. A fauna existente nas Fazendas Nacionais na segunda metade do século XIX, além de ser em grande quantidade, também era muito variada, existindo animais de grande porte, algumas espécies, atualmente muito raras, existindo em outros lugares e extintas no Piauí, como é o caso de um dos maiores mamíferos brasileiros, chamado de Anta ou Tapir, como é conhecidoem outras partes. Esta variedade e quantidade de animais silvestres faziam parte da dieta dos habitantes das fazendas. Também era muito grande a quantidade de felinos ferozes hoje quase inexistentes. Estes animais atacavam os rebanhos e como medida de proteção, os fazendeiros gratificavam os vaqueiros e caçadores, dando-lhes uma cabeça de gado como prêmio para cada felino abatido, isso contribuiu para uma a diminuição acentuada da quantidade de animais resultando na quase extinção dos mesmos.¹⁰³

Após três anos do início da construção do Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, morre o idealizador desse empreendimento (Francisco Parentes), aos 37 anos de idade, em 16 de junho de 1876, sem ver os resultados que dariam posteriormente o seu projeto¹⁰⁴. Mesmo com a morte do fundador continuaram em andamento os planos e obras do estabelecimento, seguindo com outros diretores. Dentre eles podemos destacar o agrônomo Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, que ao assumir como diretor aboliu uma clausula do contrato que previa a não construção de habitações particulares. Nesta época vieram pessoas de diversas províncias, com mais predominância do Maranhão, Bahia e Ceará. Aumentando cada vez mais o contingente de pessoas e se tornando um empreendimento próspero. Uma das últimas pessoas a administrar esse local foi o Engenheiro Agrônomo José Antônio de Sampaio, sendo arrendada essa localidade ao mesmo na data de 26 de abril de 1889. Em seu domínio o estabelecimento

¹⁰³ FILHO, Djalma José Nunes. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: Do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 a 1897)**. 2005. 130s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005. p. 67-68.

¹⁰⁴ FILHO, Djalma José Nunes. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: Do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 a 1897)**. 2005. 130s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005. p. 50.

aumentou o número de fazendas de 17 para 24, e o número de cabeças de gado passou agora para 18.000.¹⁰⁵

Com o advento da República, houve muitas mudanças nos investimentos que eram dados através do Governo a colônia de São Pedro de Alcântara. Muitos incentivos que eram enviados para o crescimento dessa colônia foram cortados pelos republicanos, fazendo esses apenas a manutenção da localidade. Com isso, aos poucos esse estabelecimento foi perdendo seu fervor de desenvolvimento enquanto colônia e em 19 de junho de 1890 foi elevado a vila. Mesmo com o fim da colônia de São Pedro de Alcântara, as localidades que compreendiam esse estabelecimento obtiveram bons resultados através desse empreendimento. Um grande impulso de crescimento, povoamento e comércio ficaram como legados desse projeto idealizado pelo agrônomo Francisco Parentes.

3.2. Guerra do Paraguai: promessa de terras aos ex-combatentes piauienses em colônias militares

Nos primeiros meses do ano de 1865 começa uma guerra entre as Nações da América do Sul. O Brasil lutava contra o Paraguai e as províncias brasileiras estavam empenhadas em recrutar homens para lutarem na guerra. O Piauí foi uma das províncias que mais recrutou combatentes para guerra, estima-se que mais de 3.500 homens foram enviados para o Paraguai. Os combatentes foram enviados para a guerra com o compromisso de receberem das autoridades prêmios pela participação no combate, alguns desses prêmios estavam que além do soldo (salário), ganhariam cargos públicos e faixas de terras. Sendo que após voltarem do Paraguai em 1870 a maioria dos combatentes piauienses não receberam seus benefícios que estavam assegurados no Decreto 3.371, em especial as faixas de terras nas colônias civis e militares que seriam cedidas aos que voltassem do combate. Essas colônias seriam projetos do governo Imperial, como mencionados nos capítulos anteriores, de civilização e povoamento do território brasileiro.¹⁰⁶

¹⁰⁵ FILHO, Djalma José Nunes. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: Do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 a 1897)**. 2005. 130s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005. p. 78.

¹⁰⁶ ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**. Teresina: EDUFPI, 2011.p. 223-246.

A pesquisadora Linhares relata sobre o patriotismo que contagiou muitos brasileiros antes e durante a Guerra do Paraguai, menciona o alistamento forçado e o quanto essa Guerra, embora representasse prejuízo de vidas, serviu como fator de reconstrução de uma identidade, nacionalidade que aflorava na população brasileira sendo essa reconstrução feita através da imprensa com suas charges, cartazes, jornais apelando ao patriotismo:

O patriotismo foi também exaltado e impulsionado durante e logo após a guerra por cerimônias cívicas, pela música e pela poesia (eruditas e populares), por espetáculos teatrais, pela pintura e, sobretudo, pela Imprensa (quer sejam os jornais, quer sejam as revistas, com destaque para as charges). Ainda que entusiasmo e o apoio diminuíssem à medida que a guerra se prolongava, e que tenha havido muita resistência ao recrutamento forçado a que também se recorria, não se pode negar a importância da Guerra do Paraguai na formação de uma identidade nacional brasileira, forjada no vivenciamento da própria luta ou na assimilação de seus significados simbólicos. Todavia, a definição desta identidade traria consigo uma conscientização que teria desdobramento ainda mais profundos sobre o desenvolvimento do Império brasileiro.¹⁰⁷

Com a necessidade de aumentar o número de soldados, o Governo Imperial voltou seus olhares para o envio de escravos para a Guerra. No Piauí muitos deles foram desapropriados das fazendas nacionais e alistados. Muitos de maneira forçada, outros por vontade própria para não separarem do seu grupo alistavam-se como voluntários. Outros fugiam de fazendas particulares e alistavam-se como forma de refúgio da escravidão e sob uma possível promessa de liberdade. A princípio foram enviados do Piauí 167 libertos para a Guerra.¹⁰⁸

Antes mesmo da Guerra, o Paraguai já se preparava como nação bélica no Governo de Carlos Lopes juntamente com seu filho Solano Lopes que entraria em sena como governante do Paraguai em 1862. Houve os preparativos militares que ambos organizavam, trazendo especialistas estrangeiros e trabalhadores de outros países para formação de fábricas, arsenais, fundições. Construía-se barcos, fortalezas e fabricavam-se munições. Tornando-se o país cada vez mais bélico. O exército do Paraguai era considerado nessa época como o maior exército da

¹⁰⁷ LINHARES, Maria Yedda (organizadora). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.p. 263-264.

¹⁰⁸ ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**. Teresina: EDUFPI, 2011.p. 23-24.

América do Sul e o mais bem preparado, tanto em disciplina como em armamentos. Tradição herdada dos Jesuítas, vindos de França.¹⁰⁹

O pesquisador Odilon Nunes menciona a respeito de algumas situações que antecederam e contribuiu para o início da Guerra do Paraguai. A princípio houve um incidente entre navios brasileiros e uruguaios onde resultou em um disparo feito pelos imperiais, com objetivo de intimidação, sem causar prejuízos materiais. Dessa forma o Uruguai rompeu diplomaticamente com o Brasil. Na mesma data de trinta de agosto de mil oitocentos e sessenta e quatro, o Paraguai alegava que o Governo Imperial teria ocupado o território Uruguaio com forças imperiais e faz protesto contra essa ação. Por último, o aprisionamento do navio que levava o Marquês de Olinda a Assunção feita pelo Taguari (navio de guerra paraguaio), autorizado por Solano Lopes, sendo o navio imperial escoltado no caminho de volta ao território brasileiro. Após algumas notas ratificadas pelo Paraguai ameaçando guerra ao Governo Imperial, em quatorze de setembro de mil oitocentos e sessenta e quatro é declarada a Guerra do Paraguai.¹¹⁰

Em relação à preparação para a Guerra, o mesmo pesquisador trata da convocação dos piauienses para se alistarem no exército ou na marinha para em seguida seguirem viagem até o território do Paraguai. Mostra a quantidade de pessoas piauienses que foram para guerra e suas especialidades:

Com os primeiros dias de fevereiro de 1865, o Presidente convoca os piauienses que se prestem aos serviços do exército e da marinha, para se alistarem como voluntários da pátria, e já no dia 10 de março embarcava em Teresina, rumo a Parnaíba, o corpo de guarnição com destino à campanha do Paraguai, composto de 20 oficiais, 310 praças de pré, 3 médicos e um farmacêutico. A este primeiro corpo de combatentes juntaram-se 35 voluntários, todos sob o comando do Coronel Manuel Rolemburg de Almeida.¹¹¹

Nesse sentido observa-se uma quantidade bem significativa dos primeiros piauienses enviados a lutar na Guerra. Além disso, encontravam-se nos chamamentos policiais, pelos quais 80 praças de pré e 3 oficiais voluntariamente,

¹⁰⁹NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV. 1972. p.219.

¹¹⁰NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV. 1972. p. 221-222.

¹¹¹NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV. 1972. p.226-227.

que foram em destino ao sul do país no dia 11/04/1865, sob o comando do Ten. Manuel Hilário da Rocha.¹¹²

Dentro da força da Tríplice Aliança predominavam brasileiros que representavam praticamente dois terços do total. Sendo entre 135 mil das 200 mil os números de brasileiros recrutados. Dentro dessa população masculina estimava-se 4,9 milhões nesse período da Guerra.¹¹³

Para termos um melhor entendimento do quadro de pessoas no Brasil Imperial que foram mobilizados para Guerra, observa-se a tabela abaixo estipulando esses números de acordo com as respectivas Províncias:

TABELA 2. EFETIVO DE VOLUNTÁRIOS MOBILIZADOS PARA FAZER CAMPANHA CONTRA O PARAGUAI:

Províncias do Império	Voluntários da Pátria	Guarda Nacional	Recrutamento e Libertos	Total	%
Região Norte					
Amazonas	367	285	53	705	0,57
Pará	2.084	1.440	303	3.827	3,11
Soma	2.451	1.725	356	4.532	3,68
Região Nordeste					
Maranhão	2.385	1.787	364	4.536	3,69
Piauí	1.420	1.134	251	2.805	2,29
Ceará	2.037	3.096	515	5.648	4,59
Rio Grande do Norte	814	348	149	1.311	1,07
Paraíba	1.472	599	383	2.454	1,99
Pernambuco	5.793	1.104	239	7.136	5,79
Alagoas	1.591	787	278	2.656	2,15
Soma	15.512	8.855	2.179	26.546	21,57
Região leste					
Sergipe	1.405	724	125	2.254	1,83
Bahia	9.164	5.312	721	15.197	12,34

¹¹²NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV. 1972. P. 227.

¹¹³FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. p. 119.

Minas Gerais	2.158	1.768	164	4.090	3,32
Espírito Santo	625	285	56	966	0,79
Rio de Janeiro	4.667	2.315	869	7.651	6,38
Corte	7.128	1.851	2.482	11.461	9,31
Soma	25.147	12.255	4.417	41.819	33,97
Região Sul					
São Paulo	4.824	1.125	555	6.504	5,28
Paraná	613	1.296	113	2.020	1,64
Santa Catarina	1.103	264	170	1.537	1,25
Rio Grande do Sul	3.200	29.967	636	33.803	27,46
Soma	9.740	32.652	1.474	43.864	35,63
Região Centro-Oeste					
Goiás	275	108	43	426	0,35
Mata Grosso	1.417	4.074	20	5.511	4,47
Soma	1.692	4.182	63	5.937	4,82
Cidade de Montevideú	450	—	—	450	0,35
Totais	54.992	59.669	8.469	123.150	100,00

Fonte: DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

No início do ano de 1865, havia uma divulgação por parte da mídia para a população piauiense de que a vitória do Brasil seria bem rápida, ou seja, que a Guerra não duraria tanto tempo e que os brasileiros recuperariam o orgulho em meio à devolução dos territórios imperiais invadidos pelo Paraguai. Essa intenção da mídia era fazer com que houvesse mais adeptos para o alistamento, aumentar o número de voluntários da Pátria. E o que se pôde perceber é que a vitória veio mais tarde, mas à custa de longos cinco anos e muitas perdas de vidas em combate, assim como um grandioso prejuízo para os cofres públicos em meio aos gastos com a Guerra.¹¹⁴

¹¹⁴ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**. Teresina: EDUFPI, 2011.p. 115.

Para nos aproximarmos mais desse período da Guerra, abaixo se observa uma imagem ilustrativa das trincheiras em Tuiuti. Esta Batalha aconteceu no território Paraguaio em um local com muitos matagais e pântanos o que favoreceu para a vitória da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). O General brasileiro Osório (atualmente patrono da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro) assumiu o posto de Comandante chefe, chegando à vitória nesta Batalha:¹¹⁵



FIGURA 1: Trincheiras em Tuiuti.

Fonte: DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

¹¹⁵ ARAÚJO, Felipe. **Batalha de Tuiuti.** História Brasileira. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/guerra-do-paraguai/batalha-de-tuiuti/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

Na imagem ilustrativa abaixo, observa-se um desenho publicado na “Semana Ilustrada”, representando a partida para a Guerra do Paraguai, pelo 1º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Corte do Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 1865:

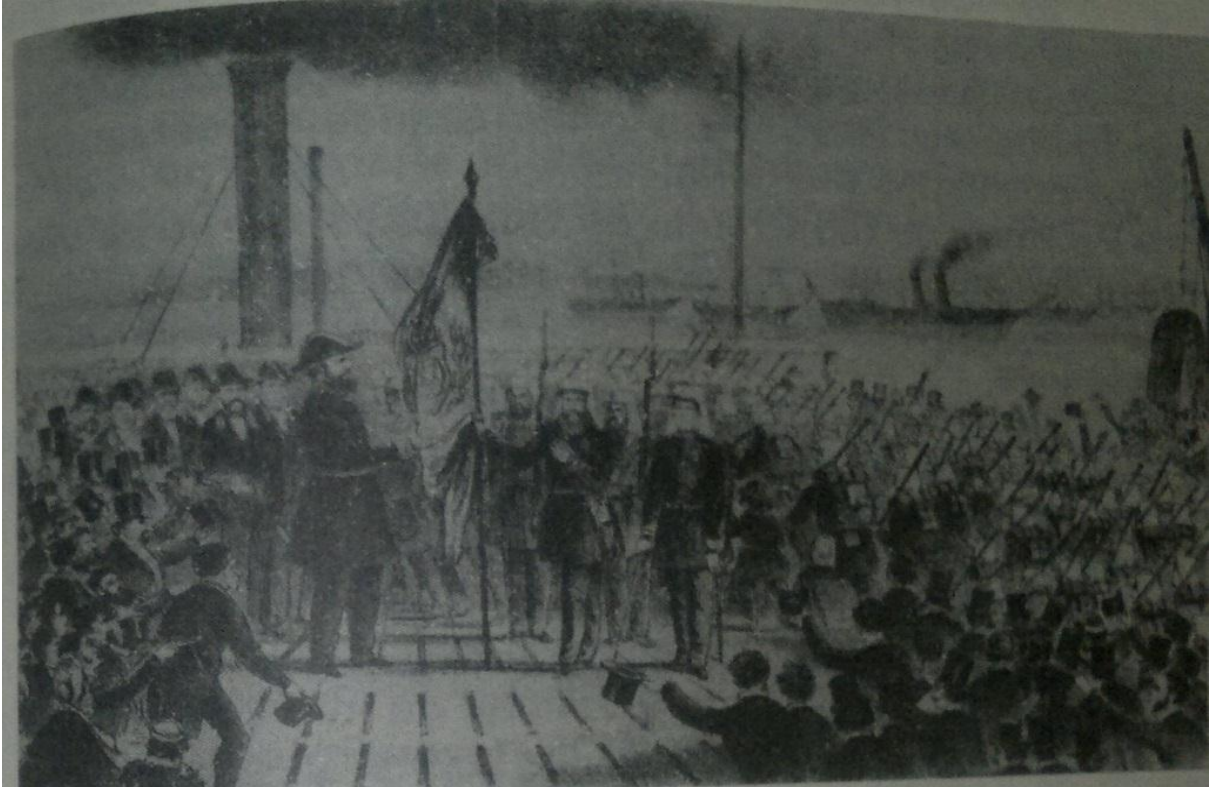


FIGURA 2: 1º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Corte do Rio de Janeiro
Fonte: DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

Para entender melhor esse processo de recrutamento para a Guerra do Paraguai e os incentivos e prêmios prometidos pelo Governo Imperial aos que se alistassem com a finalidade de atrair um grande número de recrutas a Guerra, observamos a partir da citação abaixo esse processo analisado pelo Historiador Johny Santana:

O que se pode ser observado é que com o decreto de criação dos Corpus de Voluntários da Pátria, o governo imperial tinha como objetivo maior fazer do Exército uma instituição que abarcassem todos os brasileiros, independente do grupo social que provinham. Com isso, tinha como intenção atravessar todas as fronteiras de região e de camada social, favorecendo a nacionalização e a democratização do recrutamento e nesse contexto o Piauí se inseria.

Para incentivar cada vez mais o voluntário, o governo imperial passou a conceder incentivos financeiros e benéficos, tais como salários maiores, e garantia de menor tempo de serviço militar, pensões e terras nas colônias

militares; além do que os militares teriam a sua baixa assegurada quando a guerra chegasse ao seu termo. Aliado a isso houve a intensa propaganda jornalística que divulgava inclusive a concessão desses benefícios.¹¹⁶

O General Paulo de Queiroz Duarte em seu livro, *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, também mostra através de um decreto assinado pelo Imperador Dom Pedro II, os prêmios que seriam destinados aos que se alistassem para Guerra:

Decreto nº 3.371. Art. 2.º Os voluntários, que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que recebem os voluntários do Exército, mais 300 réis diários e a gratificação de 300\$000, quando derem baixa, e prazo de terras de 25.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas.¹¹⁷

Dentro das promessas mencionadas nas citações acima, percebe-se que está à promessa de braças de terras nas colônias militares no pós-guerra aos ex-combates. Para o Governo essa reutilização de militares pelas colônias no país seria de grande vantagem, pois, esses já estavam preparados para a guarnição de muitas colônias que estavam destacadas pelas fronteiras do país.¹¹⁸

Nas mesmas referencias mencionada anteriormente, percebe-se que há uma promessa de terras em colônias militares aos ex-combates, em que ao termino da Guerra seriam destinadas essas braças de terras aos mesmos. Nesse sentido entra uma problemática em questão: se realmente, de fato e de direito, esses ex-combatentes receberam ou não essas terras nas colônias civis e militares como tinha sido prometido pelo Governo Imperial? Ao analisar o livro de registros das Leis do Império no Arsenal de Guerra do Rio, antiga Casa do Trem, encontrei o decreto que estava o acordo entre o Governo Imperial e Francisco Parentes para a fundação do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara. E dentro das condições que se estabelecia o contrato na Clausula I, mostra as pessoas que iriam compreender o estabelecimento. Nesse sentido observa-se o Decreto adiante:

¹¹⁶ ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 23.

¹¹⁷ DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. p. 201

¹¹⁸ ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888**. Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013. p. 5. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

Fundará, à margem do rio Parnahyba, na Província do Piauhy, um estabelecimento de agricultura prática, empregando como trabalhadores os libertos da nação, existentes nas fazendas do Estado, que forem aptos para o trabalho e não estiverem empregados por conta do Governo; podendo também contractar na Província ou fóra dela trabalhadores que não sejam libertos da nação, se o número destes fôrinsuficiente ou não forem ou não forem aptos para o serviço.¹¹⁹

Constatamos que o decreto acima menciona que dentro do estabelecimento Francisco Parentes pode empregar os libertos da nação e podendo também contratar trabalhadores que sejam ou não da Província do Piauí, para suprir o número de libertos que não forem suficientes. Neste sentido entra duas questões em relação à promessa de distribuição de terras nas colônias civis e militares aos ex-combatentes piauienses da Guerra do Paraguai. A primeira é que no Decreto nº 3.371. Art. 2.º que contém as promessas aos ex-combates, mostra que deveria ser distribuído prazos de terras de 25.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas, ou seja, entende-se que esses voluntários da Pátria quando recebessem essas terras a utilizariam como se fossem donos. E o que analisamos no Decreto Imperial nº 5.392 de 10 de setembro de 1873, mencionado acima, é que não se trata de distribuição de terras. Ao analisar o decreto que autoriza a criação do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara em nenhum momento menciona distribuições de terras aos ex-combatentes, e o ano em que surgiu esse empreendimento já se passava três anos do fim da Guerra, tempo suficiente para organizar essas doações de terras. O segundo ponto é que quando mencionam que poderiam ser contratados trabalhadores que sejam piauienses ou não, observa-se que nesse sentido seria uma forma em que se enquadrava a entrada dos ex-combatentes a essa colônia, esses poderiam fazer parte da colônia, mas como trabalhadores e não donos de braças de terras como se deveria, podendo os mesmos até ser demitidos se não desempenhassem as atividades de maneira desejada pelo diretor¹²⁰.

Dentro da análise desses dois decretos Imperiais, o das promessas aos voluntários da Pátria e o outro da criação do Estabelecimento de rural de São Pedro de Alcântara, cheguei a uma conclusão que não havia intenção por parte das autoridades da Província do Piauí em distribuir terras aos voluntários piauienses. Não se trata de observar apenas uma colônia para chegar a essa possível

¹¹⁹ BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873, p. 709.

¹²⁰ BRASIL, Actos do Poder Executivo, 1873, p. 711.

conclusão, mas é que na Província do Piauí houve vários fracassos de colônias e a criação de muitas delas tratava-se de anos anteriores ao da Guerra do Paraguai como mencionado no capítulo anterior. A colônia de São Pedro de Alcântara além de se tratar do seu surgimento no ano de 1873, em que estava próximo ao termino da Guerra do Paraguai que foi em 1870, ou seja, trata-se do estabelecimento mais propício à distribuição dessas terras. Também foi uma das colônias mais prósperas, pois, fez povoações e surgiram cidades a sua volta, principalmente a de Floriano que nasceu a partir do próprio estabelecimento. Por isso a escolhi como referência para essa análise, por conter todas essas características que chegasse a essa possível resposta.

Outro fato quanto à distribuição de terras aos ex-combatentes da Guerra do Paraguai, era a burocratização existente em meio ao recebimento de tais benefícios. Muitos dos ex-combatentes achavam que receberiam suas terras automaticamente ao termino da Guerra, mas o Governo exigia que os mesmos fizessem um requerimento por escrito e enviassem ao Ministério dos Negócios da Guerra, ou da Agricultura, requerendo os prazos de terras. Com isso foram poucos que reclamaram pelas suas terras prometidas, muitas vezes pela falta de informação quanto ao requerimento, ou pela própria falta de pessoas que sabiam fazer essa documentação¹²¹.

O Historiador Johny Santana faz uma análise sobre a conduta muitas vezes vista de má fé pelo Governo em relação à distribuição de terras aos ex-combatentes e mostra o pequeno número de pessoas que requereram suas terras prometidas:

No entanto, uma das observações do relatório indica haver uma espécie de má fé ligada à desinformação dos militares, exatamente quando Rio Branco faz referência ao que chama de especulação [só não explica de onde é proveniente] Pois de acordo com suas afirmações, o governo havia adotado “[...] medidas tendentes para evitar que a especulação conseguisse frustrar os favores concedidos.” [pelos voluntários ao país].(BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1871, p. 17) É provável que estivesse se referindo à questão do prêmio de 300\$000 (trezentos mil reis), mas de uma forma geral, pode-se apenas especular que essa explicação poderia servir de desculpa para justificar a desinformação dos ex-combatentes.

Seja como for, o governo fez um levantamento de quantos ex-combatentes haviam feito requisições inclusive tendo solicitado do ministério da agricultura sobre a área até então ocupada das colônias agrícolas. De

¹²¹ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 7.Disponívelem: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

acordo com o Ministério até o fim de 1870 “[...] somente fizeram-se 129 concessões, abrangendo uma área de 14.048,100 metros quadrados.”. (BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório*, 1871, p. 25).¹²²

Quanto ao Governo do Piauí era claro que não existia interesse em distribuir terras aos ex-combatentes piauienses, pois pouco tempo após o retorno destes, as autoridades piauienses estavam mais preocupadas em abrigar imigrantes fugitivos da seca e libertos da Nação. Em 1870 o Ministério dos Negócios da Agricultura expôs uma lista de ex-combatentes que requereram as faixas de terras nas colônias agrícolas e militares, e dentro dessa lista não se encontrava requerimento de piauienses.¹²³

Nessa realidade é observado que logo após a chegada dos soldados piauienses muitas festividades foram feitas para homenageá-los, mas não bastou muito tempo para que cada um desses antigos combatentes caminhassem sozinhos agora buscando a sua própria sobrevivência. Em relação a isso o historiador Johny Araújo menciona:

Os tempos agora seriam outros, e não haveria festividade de recepção que salvasse a eterna dívida para com os homens da província do Piauí, que foram lutar tal como os demais de outras províncias nos campos de batalha do Paraguai. Uma outra guerra viria pela frente e seria enfrentada individualmente por cada um dos soldados que retornaram, seria junto aos seus e pela sobrevivência do dia-a-dia.

A Província do Piauí foi uma das que mais enviou soldados para a Guerra e muitos estes ao retornarem tiveram seus destinos dispersos. Alguns por estarem com enfermidades fixaram-se em asilos no Rio de Janeiro, outros se estabeleceram pelas cidades do sul da Província, alguns se casaram e tiveram filhos com mulheres paraguaias passando a residir no país das mesmas. E aos que retornaram a

¹²²ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 8.Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

¹²³ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 17.Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.

Província do Piauí, uma grande parte tiveram que sobreviver por conta própria sem seus benefícios cumpridos pelas autoridades que os prometeram.¹²⁴

¹²⁴ARAÚJO, Johny Santana de. **O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888.** Oficina do Historiador. Vol. 6, nº 2, 2013. p. 17.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para chegar a alguns dos resultados em que buscava neste trabalho utilizei de muitas pesquisas em que posso mencionar livros de vários autores que me abriram caminho para novas visões do Período Imperial, possibilitando também mais pesquisas posteriormente relacionadas a este tema, pois as Colônias Civas e Militares no Pós-Guerra do Paraguai é um assunto bem extenso que tem diversas possibilidades de pesquisas.

Esta pesquisa é de fundamental importância, pois poderá somar com demais trabalhos relacionadas a esse tema, com outros olhares em relação ao mesmo e contribuir para a memória da população futura. Entender como surgiu algumas cidades, como a de Floriano, é encontrar sua própria identidade como cidadão da mesma. Presenciar o Piauí inserido e agente ativo em um dos maiores conflitos da América do Sul como a Guerra do Paraguai. Entender como se deu o processo de implantações de colônias no Brasil e especificamente no Piauí é perceber alguns dos planos expansionistas, para garantir a posse de territórios brasileiros através da implantação de colônias em locais isolados sendo formados por militares preparados para guarnição desses territórios; civilizatórios, com a aproximação de soldados treinados a falar a língua tupi para se comunicar com índios, na intenção de ensinar o português para poder trazê-los aos costumes do colonizador, utilizá-lo como mão-de-obra para os que aceitaram ir para as coloniais civis e militares, e assim apossar-se das reservas desses nativos; de progresso, pois seriam desenvolvidas atividades econômicas e haveria ensinamento de ofícios para os que habitavam esses estabelecimentos; povoamento, com a intenção de trazer pessoas para morar nesses locais distantes surgindo assim vilas e respectivamente cidades; e proteção do território, principalmente das fronteiras por parte do Governo Imperial.

Diante da pesquisa realizada quanto às implantações de colônias e continuidade das mesmas, nota-se que houve pouco interesse em implantar colônias por parte das autoridades piauienses, e mesmo alguns presidentes da província que se interessavam, havia dificuldades em efetivar esses planos devido ao pouco tempo de mandato, muitas vezes não daria para empreender projetos de núcleos coloniais, que exigia muito tempo e planejamento. Mas as colônias que foram implantadas na Província do Piauí, por que não muitas deram certo? Nesse

sentido foram observados como uma das causas, os interesses por parte de grandes latifundiários que muitos tinham o controle sobre os setores públicos que vigoravam nessa época no Piauí. Esses grandes latifundiários desenvolviam a pecuária em muitas de suas fazendas, e para desenvolver essa atividade econômica era preciso de grandes extensões de terras, pois ainda predominava uma forma rústica de criação de gado, como afirmava Odilon Nunes¹²⁵. Conseqüentemente com a implantação de colônias precisava-se de muitas terras para totalizar os planos colocados nos projetos. E isso ia contra os interesses de grandes fazendeiros que cobiçavam essas terras, principalmente as mais férteis, dificultando a prosperidade desses núcleos coloniais.

Da pesquisa realizada na Biblioteca do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (antiga Casa do Trem criada em 1762 – uma das mais antigas instituições militares ainda em atividade), encontrei uma documentação no Livro de Registros das Leis do Império, o Decreto 5.392 de 10 de setembro de 1873, onde pude analisá-lo e chegar até uma possível conclusão. A minha indagação inicial nessa pesquisa era se os ex-combatentes piauienses da Guerra do Paraguai receberam suas 25.500 braças de terras em colônias civis e militares como prometidas no Decreto de nº 3.371. Art. 2.º, que estipulava os prêmios aos Voluntários da Pátria por parte do Governo. E nessa análise cheguei à conclusão que a maioria possivelmente não receberam suas terras como deveriam. Uns por motivos de permanecerem no Paraguai por se casarem com mulheres desse local, outros por fixarem-se em outras regiões do país buscando melhorias de vida e até mesmo vivendo em asilos por conta das enfermidades causadas pela Guerra, e por fim pela falta de interesses das autoridades piauienses já que na implantação do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara poderia ter sido destinada terras desse estabelecimento para ex-combatentes. No entanto na implantação do mesmo os interesses eram outros, como dar estudos e abrigar idosos sendo libertos da nação, e com a finalidade de desenvolver fábricas, a agricultura, pecuária e outras atividades que desenvolvessem a colônia e destinasse lucros aos cofres públicos da época.

¹²⁵NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV. 1972. p.162.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Felipe. **Batalha de Tuiuti**. História Brasileira. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/guerra-do-paraguai/batalha-de-tuiuti/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.
- ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**. Teresina: EDUFPI, 2011.
- ARAÚJO, Johny Santana de. **O estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai. 1865-1888. RevistaSeletronicas**. Vol. 6, nº 2, 2013.P. 7. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>>. Acesso em: 25/02/2014.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1981.
- ARAÚJO, Maria Raimunda. (Org). **A invasão do Quilombo do Limoeiro**. São Luis: APEM/SIOGE, 1992.
- BASTOS, Cláudio Albuquerque. **Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder**. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves. 1995.
- _____. **A ÉTICA da informação no mercado do ano 2000: o papel da fonte e imprensa**. Rio de Janeiro: CVM; ENAJ, 1999.
- CHAVES, Monsenhor Joaquim. **O Índio no Solo Piauiense**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.
- FARIA, Regina Helena Martins de. **Civilizar e Desenvolver: Duas faces da intervenção militar em áreas internas no Brasil. Séculos XIX e XX**. CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 29.2, 2011.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- FILHO, Djalma José Nunes. **A importância de uma escola para a história de uma cidade: Do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara à criação de Floriano (1873 a 1897)**. 2005. 130s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV. 1972.

SAMPAIO, Antônio José de. **Descrição Geral do Estado do Piauí**. Tradução de Maria Cacilda Ribeiro Gonçalves. Teresina: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1963

DOCUMENTOS

BIBLIOTECA DO ARSENAL DE GUERRA DO RIO DE JANEIRO, ANTIGA CASA DO TREM NO RIO DE JANEIRO

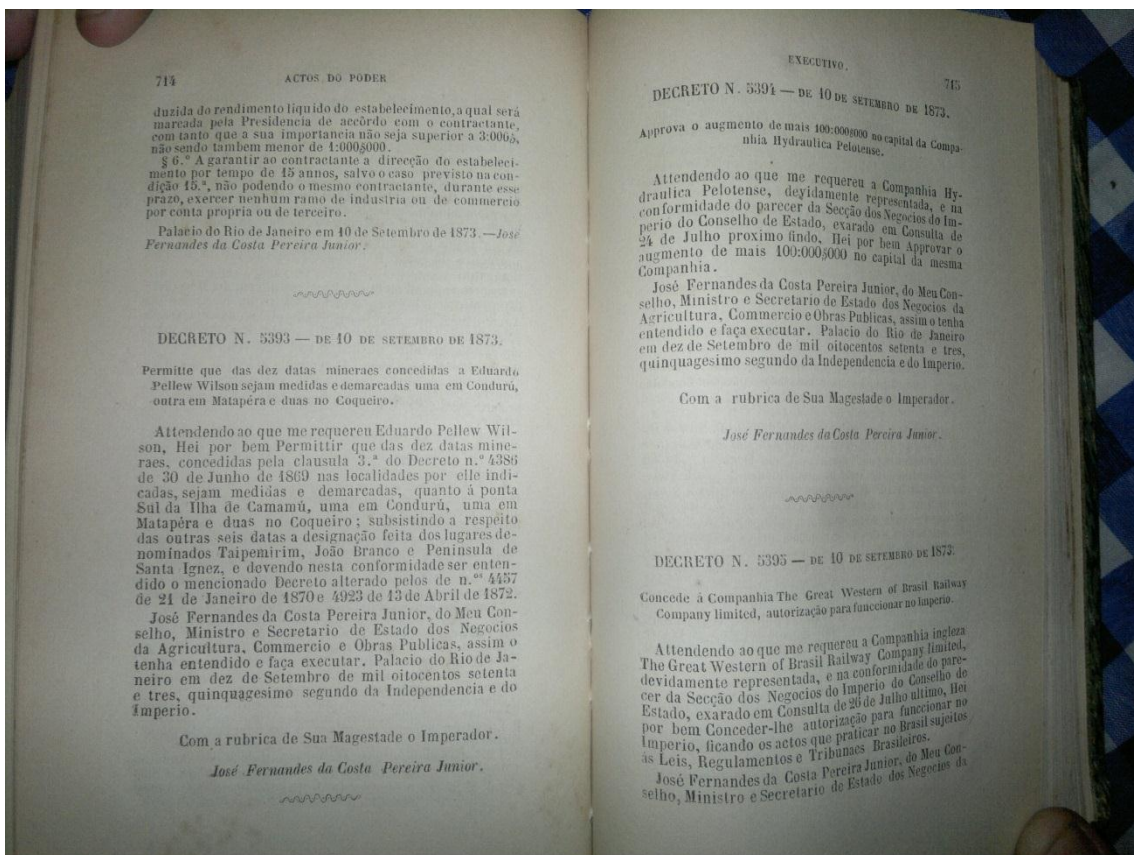
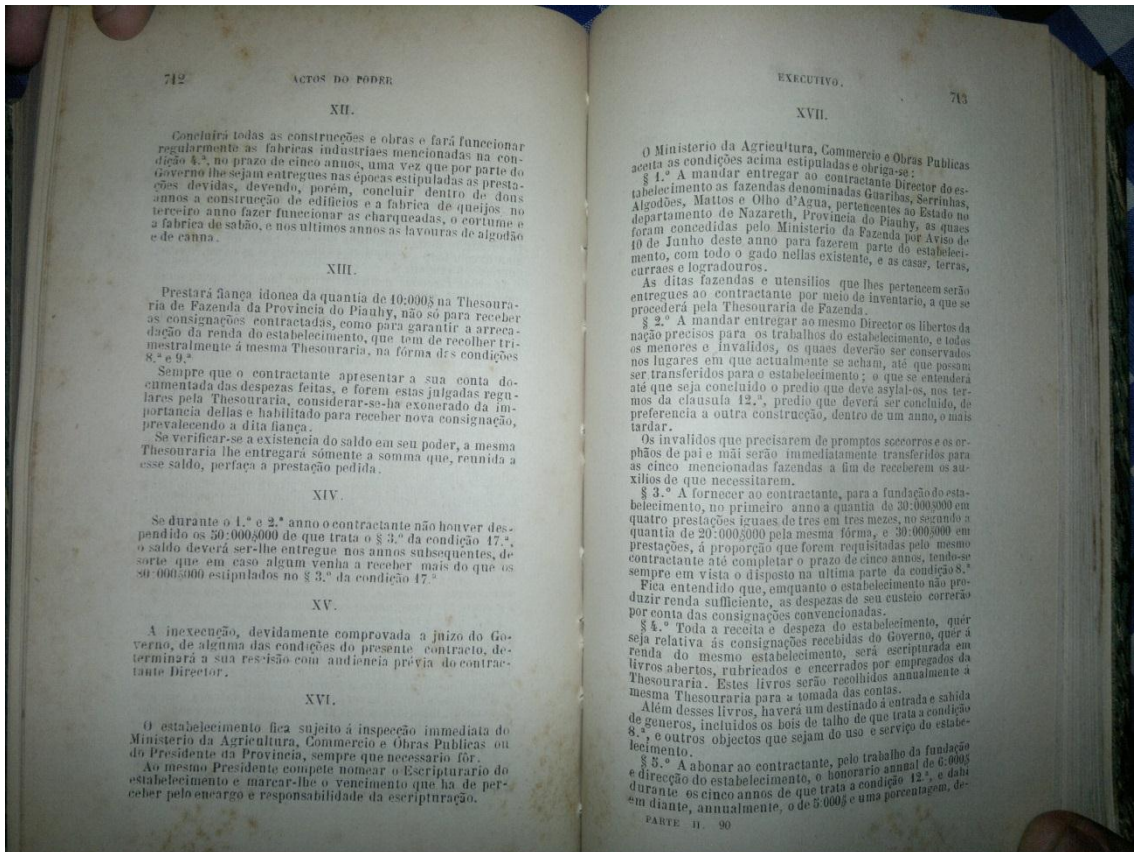
BRASIL, Coleção de Leis Brasileiras Actos do Poder Executivo, de 1873, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1873, Decreto Imperial nº 5.392 de 10 de setembro de 1873.

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. **O selvagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional. 1935 [1876].

DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

VARNHAGEN, Francisco A. **Memorial Orgânico que a consideraçam das assembléias geral e proveceaes do império, apresenta um brasileiro (Varnhagem) dado a luz, por um amante do Brasil**. [s,n.t] 1849.



Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Setembro de mil oitocentos setenta e tres, quinquagesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Fernandes da Costa Pereira Junior.

DECRETO N. 5396 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1873.

Considera justificado o caso de força maior que originou o excesso de prazo na viagem encetada pelo paquete *Bahia* em 15 de Novembro do anno findo, e concluida pelo *Paraná* em 25 de Dezembro do mesmo anno.

Hei por bem, na conformidade do parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 17 de Junho do corrente anno, Considerar justificado o caso de força maior que originou o excesso de prazo na viagem encetada pelo paquete *Bahia* em 15 de Novembro do anno findo, e concluida pelo *Paraná* em 25 de Dezembro do mesmo anno, de accordo com as clausulas 12.^a e 24.^a do contracto approved pelo Decreto n.º 3109 de 9 de Outubro de 1872.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Setembro de mil oitocentos setenta e tres, quinquagesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Fernandes da Costa Pereira Junior.

DECRETO N. 5397 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1873.

Considera justificado o caso de força maior que originou o excesso de prazo marcado para a conclusão da viagem redonda começada no dia 2 de Outubro do anno proximo findo pelo paquete *Calderon*.

Hei por bem, na conformidade do parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 23 de Junho ultimo, e de accordo com a clausula 22.^a do contracto approved pelo Decreto n.º 4536 de 7 de Junho de 1870, Considerar justificado o caso de força maior que originou o excesso de prazo marcado para a conclusão da viagem redonda começada no dia 2 de Outubro do anno proximo findo pelo paquete *Calderon* da Companhia — Liverpool Brasil and River Plate Steam Navigation.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Setembro de mil oitocentos setenta e tres, quinquagesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

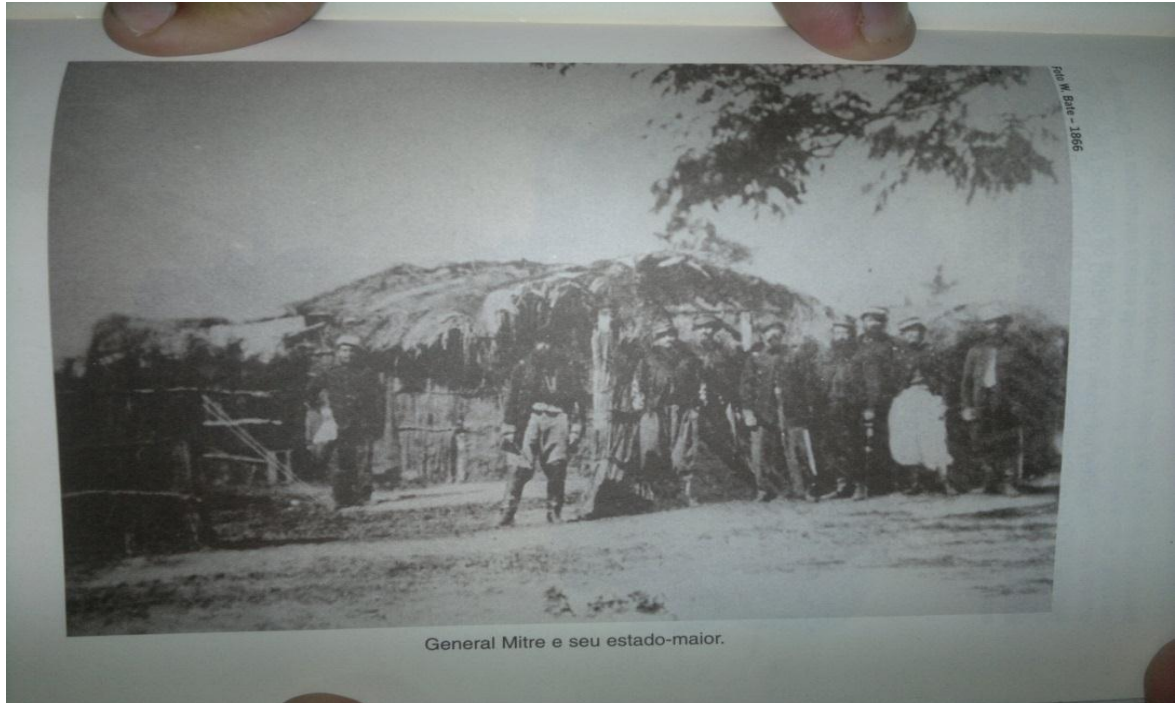
José Fernandes da Costa Pereira Junior.

DECRETO N. 5398 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1873.

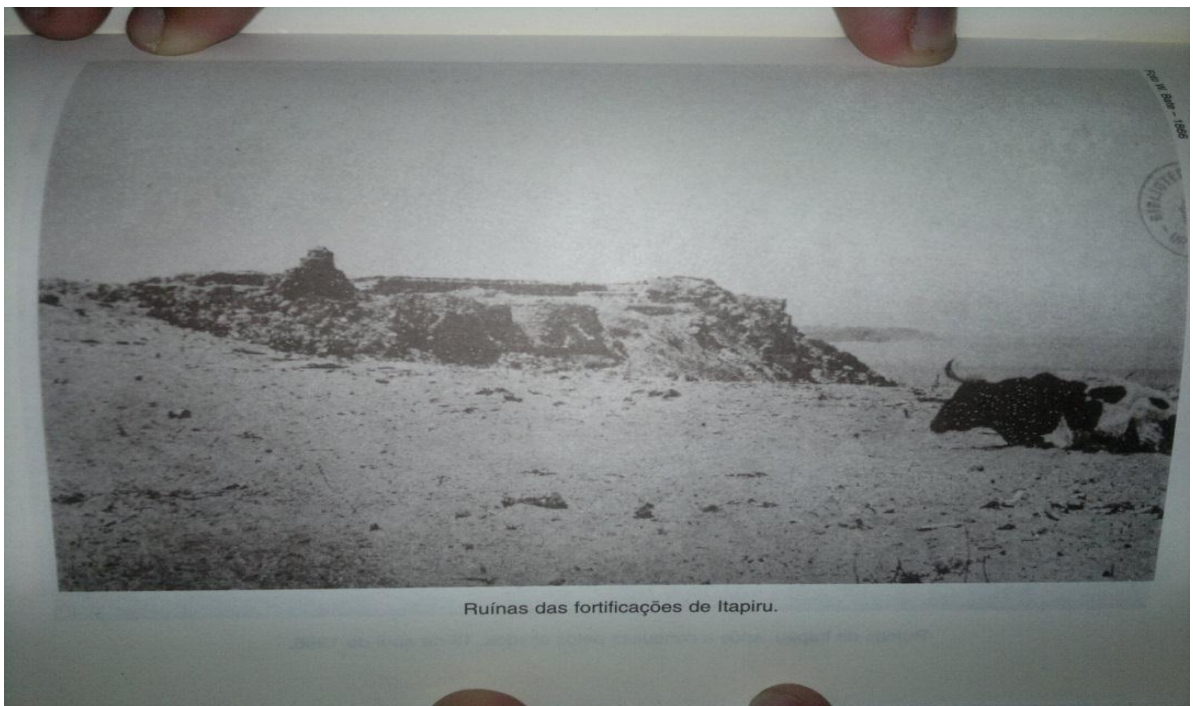
Autoriza *Barelay & Comp.* a importar na Provincia do Pará 500 imigrantes no prazo de dois annos.

Attendendo ao que me requereram *Barelay & Comp.* Hei por bem Autorizar-os a importar na Provincia do Pará, 500 imigrantes agricultores ou trabalhadores ruraes do sul da Europa ou das Antilhas, sob as clausulas que com este baixam assignadas por *José Fernandes da*

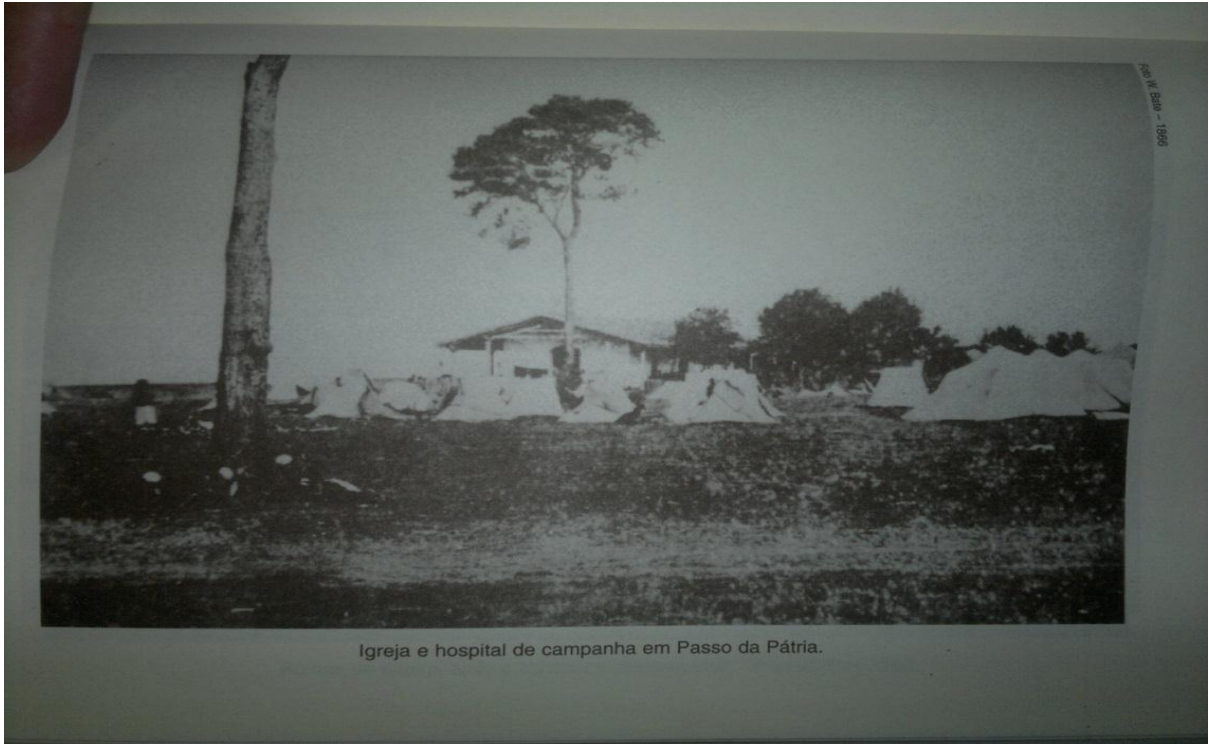
ANEXO B: FOTOS DA GUERRA DO PARAGUAI, PESQUISADA NA BIBLIOTECA DO ARSENAL DE GUERRA DO RIO DE JANEIRO



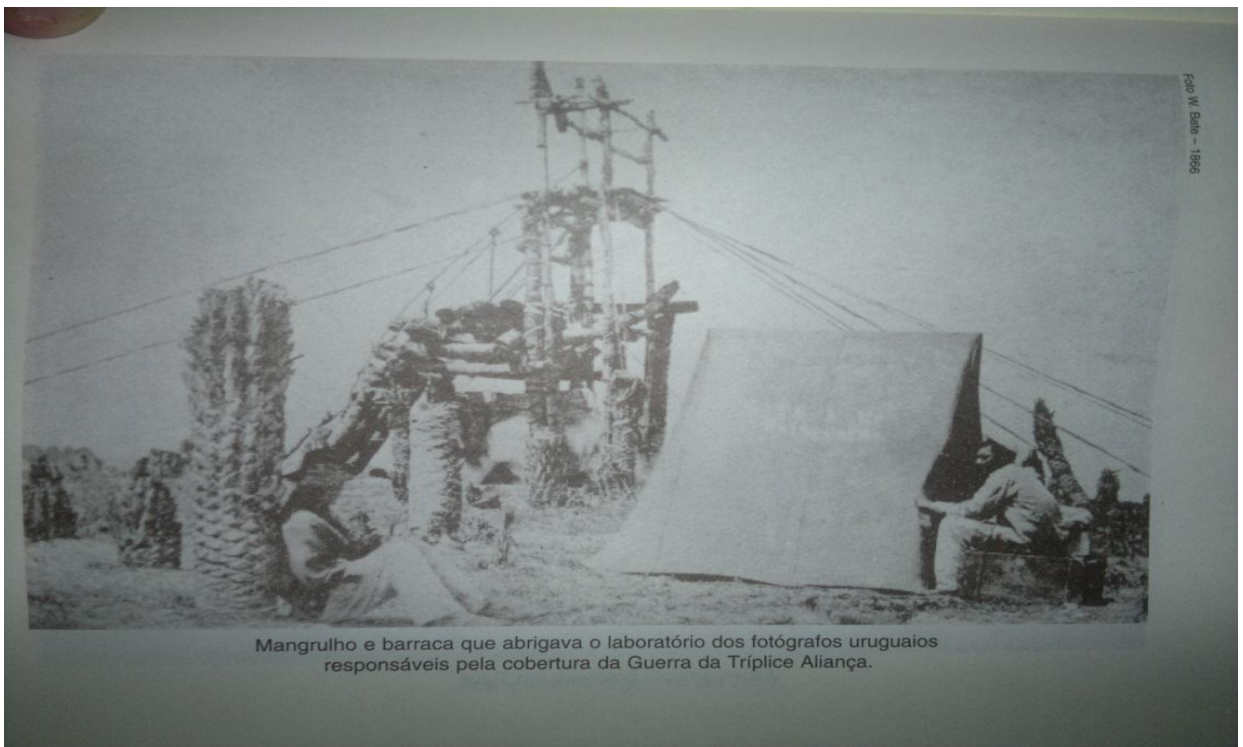
Fonte: DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.



Fonte: DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.



Fonte: DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.



Fonte: DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.



Fonte: DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.